

CISION®

PRESS BOOK

Clipping 2019-09-16

CISION®

1. "O Turismo deve ter assento no Conselho de Ministros" - entrevista a Francisco Calheiros, Negócios, 16/09/2019	1
2. No final do século, o Algarve terá menos 83% de água, Público, 16/09/2019	7
3. A praia de Cacela Velha ainda é uma metáfora de felicidade, Público - Fugas, 14/09/2019	9
4. As monoculturas como pensamento estratégico, Expresso, 14/09/2019	11
5. Novo regime de rendas empurra moradores para fora dos centros, Público, 16/09/2019	12
6. Trabalhadores da Hotelaria em protesto no Porto, SIC - Primeiro Jornal, 16/09/2019	15
7. Protesto no setor da hotelaria e turismo, TVI - Jornal da Uma, 16/09/2019	16
8. Albufeira Colóquio - Turismo do Algarve - Que futuro?, + Algarve Online, 16/09/2019	17
9. Vereadores não permanentes na Câmara Municipal de Albufeira organizaram o colóquio "Turismo do Algarve - Que futuro?", Algarve Primeiro Online, 16/09/2019	18
10. 41 traficantes detidos este verão pela GNR, Correio da Manhã - Correio da Manhã Algarve, 14/09/2019	19
11. Hotelaria e AL pedem descentralização do turismo, Vida Imobiliária Online, 16/09/2019	20
12. Portugal capta mais 7% de turistas até julho, Dinheiro Vivo Online, 16/09/2019	21
13. Turismo: Portugal entrou no verão em ritmo desacelerado, Jornal Económico Online (O), 16/09/2019	23
14. Receitas do turismo com quebra de 4% na Madeira, Jornal Económico Online (O), 16/09/2019	25
15. Número de turistas alemães está a cair 7%, Negócios Online, 16/09/2019	26
16. Turistas dos EUA, China e Brasil sustentam crescimento do turismo em Portugal, Negócios Online, 16/09/2019	27
17. Turismo abranda em julho. Nórdicos procuram menos Portugal, ECO - Economia Online, 16/09/2019	29
18. INE: Abrandamento no ritmo de crescimento da atividade de alojamento turístico, Ambitur Online, 16/09/2019	31
19. Mês de férias no Brasil ´dá´ mais 51,7 mil dormidas ao alojamento turístico português, Presstur Online, 16/09/2019	35
20. crescimento turístico desacelera e AL com mais dormidas, Publituris Hotelaria Online, 16/09/2019	37
21. Mercados brasileiro e norte americano em destaque no mês de julho, Publituris Online, 16/09/2019	39
22. Está quase aí o Algarve Nature Fest, Sul Informação Online, 14/09/2019	41
23. Olhão recebe Algarve Nature Fest, Opção Turismo Online, 16/09/2019	42

CONVERSA CAPITAL

FRANCISCO CALHEIROS PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO DO TURISMO DE PORTUGAL

“Salário mínimo é baixo. Tem de haver um aumento”

Muitas vagas e pouca gente para preenchê-las. No setor do turismo, a lei da oferta e da procura já está a fazer subir salários, garante Francisco Calheiros. Para o salário mínimo nacional não ficam garantias, só a vontade de que continue a subir.

WILSON LEDO

wilsonledo@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

JOÃO MIGUEL RODRIGUES

Fotografia

O setor do turismo tem-se queixado da falta de mão de obra. Face aos salários baixos, Francisco Calheiros admite que há margem para subir, mas não se compromete com números. Isso fica para a concertação social.

O turismo queixa-se da falta de mão de obra. Restauração e hotelaria falam em 40 mil vagas. Porque é que isso acontece?

Gosto de dar um exemplo: há uns anos, se um filho meu dissesse que queria ir para jogador de futebol, eu proibia-o. Se fosse hoje, era o primeiro a levá-lo ao treino, não fosse ter ali um Ronaldo em potência. É exatamente o mesmo que se passa com o turismo. Na questão salarial, também aqui a lei

“Temos todos de trabalhar para que haja pleno emprego e para que haja um aumento de salários.”

“Cada vez que aumentamos salários, quem arrecada mais acaba por ser o Estado.”

da oferta e da procura está a funcionar. Havendo menos pessoas disponíveis, os salários vão aumentar. Aliás, já estão a aumentar.

Mas este é o setor que menos paga em Portugal.

Não é. Temos trabalhado muito com o Instituto Nacional de Estatísticas e com o Banco de Portugal para haver um só dado para o turismo. A classificação diz hote-

laria e restauração, mas o turismo é muito mais do que isso. Depois, o salário que sai destas estatísticas é o salário-base. No turismo, há muitas componentes que não entram para a estatística.

Houve uma greve no Algarve há pouco tempo. Os trabalhadores diziam que tinham salários baixos num setor que está a bater recordes de crescimento.

Não posso concordar minimamente. A contratação coletiva no turismo está a subir impressionantemente...

Com o acordo, um rececionista ganha 592 euros. Não é baixo?

Os salários são baixos, isso para mim não está minimamente em causa. Temos todos de trabalhar para que haja pleno emprego e para um aumento de salários. O salário mínimo subiu nesta legislação, mas continuo a dizer que é baixo. Ontem almocei com os res-

ponsáveis das duas principais cadeias hoteleiras, em que o salário mínimo é 650 euros.

Então, quais deveriam ser os valores praticados?

Há quatro, cinco anos, estávamos com um período de ajuda da troika, com os salários mínimos congelados. A situação das empresas é de agora. Não podemos ter memória curta, as empresas passaram situações complicadas.

Mas há capacidade para aumentar ou não?

Tem de ser algo que vai ter de acontecer gradualmente.

Como?

Todos os anos, por exemplo, através da contratação coletiva. Muitos mais contratos coletivos foram celebrados. É algo em que há concordância dos representantes dos trabalhadores e dos empregadores.

E na contratação coletiva, os empresários podiam ir além?

Há quatro anos estávamos numa situação em que as empresas de turismo estavam com grandes dificuldades. Isto não foi há 40 anos, foi há quatro. Neste momento está francamente melhor.

O salário mínimo acaba por ser, até para a própria contratação coletiva, o que está na base. Se 650 euros é baixo, então qual é o valor que, para si, não seria baixo?

Não há um valor, como é evidente. Tem de haver um esforço de todos para que isso continue a ser uma senda de crescimento. Volto outra vez à fiscalidade, por-

que cada vez que aumentamos salários, quem arrecada mais acaba por ser o Estado. Tem de haver aqui um desagravamento por parte do Estado porque quando pagamos a um trabalhador contribuímos para a Segurança Social.

Tem-se vindo a falar em 650 euros em janeiro do próximo ano. É razoável?

Não gostaria de ser eu a discutir fora da concertação social o salário mínimo. Estou a pensar numa declaração de intenções muito recentes do atual primeiro-ministro, que dizia que ia reforçar o diálogo junto da concertação social. Acho que é o local ideal.

Mas não subsistem para si dúvidas sobre a subida do salário mínimo?

Neste momento, o salário mínimo tem de ter um aumento. ■

“Aceitámos esta [nova lei laboral], acabou de se alterar. Não faz sentido mexer mais.”

“Assinámos o acordo numa situação de controlo de danos.”





PERFIL

Das viagens privadas para a causa pública

Francisco Calheiros é o presidente da Confederação do Turismo de Portugal, organização criada em 1995 e que reúne diferentes agentes do setor do turismo. O empresário cumpre agora o segundo mandato como presidente, até 2021, à frente desta organização com assento na concertação social, representando os patrões deste setor. Aos 61 anos e formado em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, Calheiros conta com mais de três décadas de experiência no turismo. O seu percurso profissional fica marcado sobretudo pela ligação às agências de viagens. Atualmente integra a Springwater Capital, acionista da empresa dona das agências Topatlântico e Geostar, embora sem uma intervenção direta na gestão destas marcas. A Topatlântico era a marca forte da Espírito Santo Viagens, empresa que Francisco Calheiros integrou e que viria a ser vendida à Springwater, em 2014, com o colapso do Grupo Espírito Santo. O presidente da CTP é casado e tem duas filhas.

“Vamos tentar reverter o fim do banco de horas individual”

No campo das leis do trabalho, o presidente da Confederação do Turismo de Portugal tem uma prioridade: recuperar o banco de horas individual. Depois dessa exigência, diz, não há mais nada para mexer, até por uma questão de estabilidade para os empresários. O novo pacote foi publicado recentemente, mas poderá ainda sofrer um revés, depois de PCP e Bloco de Esquerda terem decidido pedir a a fiscalização preventiva do Tribunal Constitucional.

Francisco Calheiros admite mesmo que o último acordo, assinado em sede de concertação

social, foi num sentido de “controlo de danos” perante as ideias do Governo.

Recentemente foi publicado um pacote de alterações à legislação laboral. Que impacto vão ter essas medidas?

Foi uma discussão muito grande que tivemos ao longo da legislatura. Nós aprovámos... mas temos a noção de que foi um mal menor. O que estava em cima da mesa era pior e, portanto, assinámos aquilo numa situação de controlo de danos. O que gostaríamos era que não houves-

se mais alterações à legislação laboral. Não fazem sentido. Porque foi com esta legislação atual que se passou de 17% para 6% de desemprego. Quer dizer que ela não estava errada.

Mas vão ter algum impacto ou não?

Vamos ver. Neste momento, com 6% [de desemprego], eu diria que não. Há uma questão que vamos tentar reverter, porque não faz qualquer sentido para nós: o fim do banco de horas individual. Insistimos que é uma questão ideológica, não é uma questão programática. Nesse

sentido, vamos tentar alterá-la assim que possível.

Se, ideologicamente, o Parlamento se alterar...

Não sei se tem a ver com o Parlamento ou com o Governo. Recordo que a proposta do Parlamento veio por via de uma proposta do Governo. Nesse sentido, gostaríamos de a pôr rapidamente em cima da mesa para tentar alterar. E, claro, havendo aqui algumas especificidades para esta atividade do turismo. Às vezes, esquecemo-nos do quanto esta atividade do turismo tem contribuído [para a economia]. Estamos a falar de uma atividade que deixa aqui dois milhões de euros por hora. Isso é um número que as pessoas não sabem.

Quando fala na legislação la-

boral, tirando o banco de horas, diz que não quer mais mexer nessa matéria. Porque é que diz isso? Acha que depois destas alterações vão surgir outras? Há alguma coisa que não possa efetivamente vir a acontecer?

Tenho de saber qual é que é o propósito, o que é que vai acontecer. Já fiz inclusive essa pergunta ao primeiro-ministro, que me disse que não estava previsto, no encontro que tivemos. Os empresários têm de estar preparados para quais vão ser as grandes políticas governamentais. Nós já aceitámos esta, acabou de se alterar. Na nossa opinião, não faz sentido mexer mais. Agora, isto também tem a ver com a questão da geometria variável que resultará [no Parlamento] com as próximas eleições. Claro que tem. ■



CONVERSA CAPITAL

FRANCISCO CALHEIROS PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO DO TURISMO DE PORTUGAL

“Alcochete? Não há alternativa ao Montijo”

“Não nos devemos dispersar”, reage o patrão do Turismo às opções para um novo aeroporto. A prioridade está no Montijo e nas obras na Portela. Com essas mudanças, “são muitos anos de capacidade”, diz Calheiros.

WILSON LEDO
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
JOÃO MIGUEL RODRIGUES
Fotografia

O presidente da Confederação do Turismo de Portugal diz acreditar que o novo terminal aéreo na margem sul do Tejo vai mesmo avançar. Soluções como Alcochete não são para avaliar agora, enquanto as obras no Montijo não estiverem concluídas. Já Beja não é, sequer, uma opção a considerar. Francisco Calheiros reconhece que as obras na Portela estão a trazer resultados, mas lamenta que o país continue a perder potenciais turistas.

Há um ano, o aeroporto no Montijo marcou a nossa conversa. O que mudou?

Dizia que só acredito quando os “caterpillars” estiverem lá. Hoje em dia, já acredito muito mais. Não há alternativa ao Montijo, tem de ser a extensão da Portela, que tem a capacidade esgotada. Agora, há uma realidade: os “caterpillars” ainda não estão no Montijo.

Significa que um novo aeroporto em Alcochete, como defende o PSD, não faz sentido para si?

Neste momento, como extensão à Portela não há alternativa ao Montijo. Não podemos estar a pôr em causa as decisões que já tomámos. Esta decisão não pode ser interrompida. Estão previstos cerca de três anos de obras. Se formos fazer um novo aeroporto, eram dez anos.

Vale a pena estudar a opção



Alcochete simultaneamente?

Não. Não nos devemos dispersar. A alternativa decidida e estudada foi o Montijo. Depois de o Montijo estar a funcionar e termos a capacidade da Portela estendida, aí estaremos completamente disponíveis para estudar um novo aeroporto. Não podemos ter nuvens a ensombrar uma decisão que se tomou.

Mas os estudos apontam que a capacidade do Montijo é limitada em termos temporais. Se não houver já uma análise a Alcochete, quando essa solução já estiver a funcionar, não corremos o risco de uma nova situação como a atual?

Ainda não falámos nas obras que é preciso fazer na Portela e nas

que já estão a funcionar...

E têm dado resultados?

Já estão a dar resultados. Diria que a Portela e Montijo, com todas as obras feitas e a funcionar, são muitos anos de capacidade. Não é um, nem cinco, nem 10 anos. São muitos anos.

Há um ano falava-nos também do reflexo dos bloqueios no número de turistas que poderíamos receber e não receber. A situação estabilizou ou continuamos em perda?

Continuamos em perda e a ter dificuldade, para não dizer impossibilidade, de acomodar todos os “slots” que as companhias nos pedem. Perdemos voos e perdemos turistas.

É uma tendência que vem a

crescer?

Diria que não, por todas as obras que se conseguiram fazer na Portela.

E não perdemos com a imagem de um “aeroporto-estaleiro”?

O que me preocupa mais do que isso é a questão do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, porque estamos a recuperar com turistas fora do espaço Schengen. O assunto não está pior do que há um ano, mas este é um caso que tem de estar completamente resolvido.

Porque se reflete no crescimento geral...

Não nos podemos esquecer de que o aeroporto de Lisboa é o que mais contribui para o crescimento que tem havido na região centro e no Alentejo e que funciona como “hub” [plataforma] para Madeira e Açores. Não é só Lisboa que é penalizada, são também estas regiões.

E Beja não entra na sua equação?

É difícil. Eu não posso ter um aeroporto em que o turista aterra e depois demora duas horas a chegar a Lisboa. Conhece algum caso na Europa onde isso aconteça? Teria de ter uma proximidade completamente diferente. Se conseguir que algumas companhias aéreas viajem para Beja, começo logo a aplaudir. Mas não acredito.

Mesmo fazendo esse trabalho de divulgação do destino?

Mas o problema não é de divulgação, o problema é de distância e de logística. Até hoje não houve companhias interessadas em viajar até Beja. Portanto, a coisa fica um bocadinho difícil. ■

“Portela e Montijo, com as obras feitas e a funcionar, são muitos anos de capacidade.”

“Até hoje não houve companhias interessadas em viajar até Beja.”



CONVERSA CAPITAL

FRANCISCO CALHEIROS PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO DO TURISMO DE PORTUGAL

“Estamos com menos 7% de turistas alemães”

Com os mercados tradicionais em queda, a estratégia tem passado por novas fontes de turistas como Estados Unidos da América e Canadá. Certo é que o preço conta, mesmo que o país recuse o título de barato.

WILSON LEDO

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

JOÃO MIGUEL RODRIGUES

Fotografia

Depois dos britânicos, são agora os turistas alemães que registam a maior quebra. Francisco Calheiros assegura que estão a ser encontradas alternativas, mesmo que a concorrência que beneficiou Portugal no passado esteja agora a ganhar força.

Estamos já no final do verão.

É possível fazer um balanço?

Só estão disponíveis os dados de junho. Estamos com subidas quer no número de hóspedes, dormidas e receitas, que variam entre os 4% e os 7%. É um crescimento bastante positivo. Estou em crer que o verão não irá ser tão forte. Houve problemas concretos, como a falência de companhias aéreas que voavam para o Algarve. Admito até uma ligeira baixa.

Mas 2019 vai ser melhor do que o ano passado, em que batemos um recorde?

Vai, porque continuamos a ter aumentos nos três grandes indicadores.

Com os ritmos de crescimento a abrandar, chegará um ponto em que deixaremos de ter subidas?

Não temos uma bolha de crise para fazer futurologia. O que disse há mais de um ano foi que tivemos um ciclo de crescimento muito grande, com três ou quatro anos a crescer a dois dígitos.

Dizia-nos também que havia margem para crescer...

Temos de ter a noção que mais

de 70% dos nossos turistas são estrangeiros e, para isso, irá contribuir e muito a tão anunciada crise. E temos vários sinais que não são positivos. No ano passado, a maior queda foi de turistas britânicos, por causa do Brexit.

E já compensaram?

Os britânicos estão a subir 2% em 2019. Agora, este ano, qual é o turista que mais está a cair? O alemão. Fala-se numa crise da Alemanha e os alemães automaticamente deixam de viajar. Estamos com menos 7% de turistas alemães. Portugal tem conseguido compensar estas baixas por outras nacionalidades.

Americanos?

Principalmente. Mas também brasileiros, chineses, canadianos.

Mas o contexto geopolítico permite também que outros países, em especial no Norte de África, se comecem a formar, fragilizando Portugal?

Isso já está a acontecer. O mercado alemão está a viajar menos, mas a procura para a Turquia aumentou bastante. A questão geopolítica está no mapa. Tem havido engenho e arte para substituir.

A procura americana aumentou quanto até junho?

Mais de 20%.

Falou no caso inglês. Já há uma real noção do impacto do Brexit?

Já tivemos o nosso Brexit, com a desvalorização da libra e a menor vontade dos britânicos em viajar. Agora a real consequência só se vai saber quando houver a decisão final. Seja ela qual for, Portugal tem feito muito para que os turistas britânicos se sintam em casa.



O preço era um fator atrativo para os britânicos. Vamos ter margem para manter os mesmos preços daqui em diante?

Portugal tem tido e continua a ter uma proposta de valor muito equilibrada. Não é por aí, diria eu, que não somos vendidos. Nem gostamos de ser considerados um destino barato. ■

“Já tivemos o nosso Brexit, com a desvalorização da libra e a menor vontade de viajar.”

“Em Portugal, nem gostamos de ser considerados um destino barato.”

Respostas rápidas

UNIVERSIDADE CATÓLICA

Foi onde andei. Uma boa escola de vida

ANA MENDES GODINHO

Uma ótima secretária de Estado do Turismo

MÁRIO CENTENO

Credibilidade

REGIONALIZAÇÃO

Sou a favor, mas com cuidado

VIAGEM

O que todos devem fazer

FÉRIAS

Algarve, com a família

RÂGUEBI

CDUL

LISBOA

A melhor capital do mundo

FAMÍLIA

Tudo

SPORTING

Uma paixão para a vida

PORTUGAL

O melhor país do mundo para se viver

CONVERSA CAPITAL

FRANCISCO CALHEIROS PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO DO TURISMO DE PORTUGAL

“O Turismo deve ter assento no Conselho de Ministros”

Impostos mais “amigos” do setor do turismo e o IRC a descer de forma gradual. São duas das medidas que a CTP quer ver cumpridas nos próximos quatro anos. Venha quem vier, pede-se “estabilidade”.



WILSON LEDO
wilsonledo@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
JOÃO MIGUEL RODRIGUES
Fotografia

A menos de um mês das legislativas, Francisco Calheiros elogia a “estabilidade” conseguida nos últimos quatro anos. Ganhe quem ganhar, tem um caderno de encargos definido. E pede um ministro do Turismo ao próximo Executivo – um cargo que não quer ocupar.

As eleições estão aí à porta. É defensor de uma maioria absoluta?

Sou defensor da estabilidade.

E isso implica uma maioria absoluta?

Os portugueses têm sabido votar. Nesse sentido, tanto podemos ter mais ou menos estabilidade com uma maioria absoluta. De-

pende da maioria variável que se for constituir. Estamos expectantes. Dialogámos com todos os partidos. Vamos esperar.

Os últimos quatro anos foram positivos para o país?

Claramente. Tivemos estabilidade, apesar de alguma agitação social nos últimos seis meses.

Mas, nesta legislatura, a esquerda tomou algumas decisões contrárias aos empresários. Isso não o preocupa?

Existe uma extrema-esquerda que defende valores com os quais eu não concordo...

Mas se essas forças ganharem mais poder...

Estamos preparados para trabalhar e para explicar ao que vimos, quais são as nossas propostas. E temos um passado a falar por nós. A realidade é esta: se há coisas que nos dividem, também há situações que todos defende-

mos, como o pleno emprego.

A CTP tem-se reunido com os partidos, apresentando o seu caderno de encargos. O que espera do próximo Orçamento do Estado?

O caderno é bastante extenso. Esperamos fortes medidas para combater a questão da demografia. Há um problema demográfico terrível. Não há sustentabilidade num país em que nasce 1,3 crianças por mulher.

E mais...

Uma reforma do Estado. O Estado tem de fazer alterações profundas na sua maneira de estar. Não pode fazer o contrário do que têm feito as famílias e as empresas.

E no turismo?

Temos ainda a questão ferroviária. Em muitos países da Europa, os transportes ferroviários estão carregados de turistas. Temos de ter uma profunda reforma dos

nossos transportes ferroviários. Depois há a fiscalidade: gostávamos que houvesse uma fiscalidade mais amigável do turismo.

No que se traduz?

Nos congressos, em Espanha uma empresa consegue deduzir o IVA. Se uma grande marca mundial quer vir fazer uma apresentação, quando aluga o Pavilhão Atlântico durante 10 dias, veja a diferença que faz mais 23% ou menos 23%. Se não vier, não vai pagar nada. Ao trazermos para cá um congresso e se dermos incentivo, toda a economia fica a mexer.

E no IRC?

Queremos é que se cumpra aquilo que já foi conversado há muitos anos: uma taxa de IRC que venha, gradualmente, para taxas mais concorrenciais. De forma gradual, dependendo do estado da economia.

Porque é que a CTP defende

a criação de um ministro do Turismo se o setor tem estado bem ao nível da Secretaria de Estado?

O turismo é uma atividade transversal. Há uma relação boa com a tutela, mas o nosso problema não tem a ver com isso. Se existem outras atividades que têm um ministério próprio porque é que o turismo não há de ter um assento no Conselho de Ministros?

Via-se nessa função?

Eu? Não, minimamente.

Se fosse, qual seria a primeira medida?

Gosto mais de estar aqui no setor privado. Não me vejo com competências para isso, não estou a vislumbrar isso no meu curto prazo.

Tendo esse poder na mão, ou em jeito de conselho para quem vier, qual seria então?

Infraestruturas aeroportuárias. Era a primeira que atacaria. ■

negócios

negocios.pt

Segunda-feira, 16 de setembro de 2019 | Diário | Ano XVI | N.º 4078 | € 2,50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Juros da habitação vão ficar negativos até 2025

O mercado está a antecipar que as taxas Euribor continuem negativas durante mais seis anos. É a reação ao regresso do BCE a uma política monetária mais expansionista. A descida dos "spreads" também facilita o acesso ao crédito.

MERCADOS 24 e 25

MINISTROS EM EXAME



MÁRIO CENTENO

Com os "brilhantes" nas contas públicas e a estabilização do setor financeiro, o ministro pôs o diabo no bolso.

9 VALORES DE 1 A 10

PRIMEIRA LINHA 12 a 15

investidor privado

Alternativas aos depósitos que pagam zero

Três soluções para ir em busca de rendimento.



Benefício fiscal para emprego já criado mantém-se

ECONOMIA 16 e 17

Publicidade

CONVERSA CAPITAL FRANCISCO CALHEIROS

"O Turismo deve ter assento no Conselho de Ministros"



Líder da Confederação de Turismo de Portugal diz que "não há alternativa" ao aeroporto do Montijo.

CONVERSA CAPITAL 4 a 10

Quase metade dos leilões de energia solar ficaram nas mãos de espanhóis

EMPRESAS 20 e 21

Lotaria entra na era digital com nova plataforma eletrónica da Santa Casa

EMPRESAS 22

CBK
Insurance brokers
WE FIGHT FOR YOU

www.cbk.pt LISBOA | PORTO | MADRID | ÁGORES
CBK Lisboa: Alameda da República, 100 - 1.º andar - 1200-028 Lisboa
4º andar - C. 218127732 / seguranca@cbk.pt / Mediator Seguros
número 218127732 / ADE - Colaborador Agente Seguros 402245830
rattus vasa e raba vasa verificados em www.rat.com.pt / NIF: 5012747865
Capital Social: 50.000.000€



No final do século, o Algarve terá menos 83% de água

O Nordeste algarvio já vive momentos dramáticos. Cerca de três quilómetros da ribeira de Odeleite estão salinizados e as populações do interior de Castro Marim estão a ser abastecidas por autotanques. Os furos artesanais secaram

Alterações climáticas Idílio Revez

Nas serras de Alcoutim e Castro Marim, sente-se o cheiro da esteira a esturricar ao sol, lembrando o deserto ali tão perto... Não faltam sinais de alerta por toda esta zona do interior. A ribeira de Odeleite, afluente do rio Guadiana, encontra-se salinizada numa extensão de cerca de três quilómetros. A região caminha a passos largos para a pré-desertificação e a zona Nordeste está na linha da frente. O Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) prevê, no pior cenário, uma região praticamente desértica no final do século. A manter-se a curva decrescente da precipitação, destaca o estudo, as reservas hídricas sofrerão uma redução na ordem dos 83%.

O sistema de barragens Odeleite-Beliche, além de abastecer cerca de metade da população da região, rega cerca de 4 mil hectares de culturas intensivas – citrinos e pêra-abacate, principalmente. No entanto, a capacidade de retenção de água, através de barragens, é a mesma desde há duas décadas, mas as áreas agrícolas multiplicam-se como se os recursos fossem infinitos.

Quanto aos consumos domésticos, a porta-voz da Águas do Algarve, Teresa Fernandes, desdramatiza: “Estamos numa situação relativamente tranquila até final do ano”.

Mas já há sítios onde a aridez saltou dos campos para dentro de casa. “Temos dois autotanques que não fazem outra coisa senão distribuir água às povoações do interior nas freguesias do Azinhal e Odeleite, há mais de um mês”, diz o presidente da Câmara de Castro Marim, Francisco Amaral, alertando para o “drama” que se avizinha: “Os furos artesanais, que abasteciam algumas localidades das freguesias de Odeleite e Azinhal, secaram”.

A empresa Águas do Algarve lançou, entretanto, uma campanha de



Armazenamento de água das albufeiras do Algarve

Albufeira	Capac. máxima (milhões de m3)	Volume (milhões de m3)	% Volume total
Set. 2019			
Arade	28,4	10,4	36,6
Bravura	34,8	13,3	38,2
Beliche	48	17,3	36,0
Funcho	47,7	30,7	64,4
Odeleite	130	56,3	43,3
Odelouca	157	60	38,2
TOTAL	445,9	188	42,2

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente PÚBLICO

O stress hídrico está a provocar a morte das azinheiras e das amendoeiras, deixando na paisagem os esqueletos como se fossem certidões de óbito

sensibilização para que não haja consumos excessivos, apelando a um “pingo de consciência” quando se abre a torneira.

A Barragem de Odeleite encontra-se a 43, 3% da capacidade de armazenamento, mas a partir da cota 22 já é considerado “volume morto” (não-utilizável). A Barragem do Beliche fica-se pelos 36%.

Os pequenos agricultores traçam um cenário dramático. “Vamos ficar sem pinga de água”, lamenta o presidente da cooperativa de regantes de Odeleite, Carlos Madeira, alertando para as consequências, também, ao nível ecológico: “O peixe vai morrer e a água estagnada nos pegos apodrece”. O primeiro troço da ribeira, a cerca de 500 metros a montante do paredão da barragem, está completamente seco. O primeiro sinal de vida aquática encontra-se, mais à frente, num charco, com rãs a saltitar. “É desta poça que estamos a regar, com motobombas”, diz o agricultor, acrescentando: “Levam a água [da barragem] para as culturas intensivas e deixam-nos aqui em seco”. Ao lado do agricultor, o médico Tomás Carvalho, de visita de fim-de-semana à terra, lamenta: “Este vale era lindo, caiu no abandono”. A artéria principal da aldeia chama-se Rua do Centro de Saúde mas as

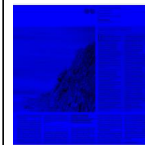


instalações médicas encerraram há seis anos.

Ao crescente despovoamento junta-se agora a forte seca. A direção regional de agricultura, com o apoio do município, aprovou, recentemente, o Plano de Rega das Várzeas de Odeleite para tentar inverter uma situação que é comum a muitas outras regiões do país. A obra foi adjudicada por 1,5 milhões de euros, podendo vir a regar cerca de 132 hectares de pequenas hortas.

Nos cerros em redor da Barragem de Odeleite, a imagem é desoladora – o stress hídrico está a provocar a

morte das azinheiras e das amendoeiras, deixando na paisagem os esqueletos como se fossem certidões de óbito. A população, idosa, parece resignada. Mas há sempre alguém que resiste e manifesta inconformismo. “O modelo de desenvolvimento agrícola em curso [intensivo] não é compatível com as disponibilidades de água existentes”, destaca o presidente da assembleia geral da cooperativa de regantes de Odeleite, Manuel Carmo, uma das vozes que se têm erguido em defesa da ribeira de Odeleite, apelando a políticas de sustentabilidade do território. “O



Levam a água para as culturas intensivas e deixam-nos a seco

Carlos Madeira,
Regantes de Odeleite



FOTOS: ADRIANO MIRANDA

“Fala-se muito, faz-se pouco”

De acordo com as projecções elaboradas pelo Plano Intermunicipal para Adaptação às Alterações Climáticas para o final do século, o Algarve sofrerá, no pior cenário traçado, uma quebra nas suas reservas hídricas na casa dos 83%. O principal aquífero da região (Querença/Silves), com recarga de 140 mil decâmetros cúbicos, cairá para 80 mil decâmetros (82,5%). Nas principais barragens, cujo volume pode chegar aos 680 hectómetros cúbicos, este valor desce para os 433 hectómetros cúbicos (84,3%).

“A situação é cada vez mais dramática”, observa João Bento, um agricultor que produz 1200 toneladas de framboesas em propriedades situadas em Tavira, Faro e Zambujeira do Mar.

Num debate, promovido na semana passada em Faro pela revista *Vida Rural*, este agricultor defendeu a necessidade de construção de novas barragens tendo em vista a sustentabilidade do sector agrícola. “Fala-se muito, faz-se pouco”, rematou, lembrando que o grande consumidor de água não é só a agricultura. “No mês de Outubro vai abrir mais um campo de golfe em Tavira e vai ser regado através do perímetro de rega do sotavento algarvio”, disse.

O Algarve continua a ser a principal região produtora de citrinos. Segundo a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, representa 76,4% da área citrícola nacional. No ano passado atingiu as 5148 toneladas. Porém, os pomares de abacateiros têm vindo a aumentar de forma exponencial. Há pouco mais de uma dezena de anos, em 2007, ocupavam uma extensão de 256 hectares. No ano passado estimava-se que já estivesse próximo dos 1200 hectares.

Em termos de consumos de água, diz o professor da Universidade do Algarve Amílcar Duarte, talvez o consumo do abacateiro seja até um pouco mais do que os citrinos”. Porém, sublinha o investigador, os agricultores estão a socorrer-se de equipamentos tecnológicos que lhes permitem controlar a humidade do solo e do ar, “fornecendo à planta apenas a água de que necessita”.

Em termos genéricos, sublinha, “a agricultura do Algarve só é viável se for de regadio e isso passa pela criação de novas barragens”. Mesmo as culturas tradicionais, como a figueira ou da amendoeira, “só têm viabilidade, em termos económicos, se houver regadio”.

cultivo da terra está intimamente ligado a esta comunidade [Odeleite]”, enfatiza.

A aprovação da criação de uma praia fluvial na Barragem de Odeleite, a cerca de 15 quilómetros da praia de Monte Gordo, gerou polémica entre os moradores. Porém, as últimas eleições autárquicas intercalares, que deram a maioria absoluta ao PSD no executivo, “legitimaram a construção da praia”, reconhece Manuel Carmo. De acordo com o plano de ordenamento da barragem, podem ainda ser criadas mais duas zonas balneares. “Espero

atrair os privados”, diz o autarca, social-democrata, defendendo as praias fluviais como catalisador do desenvolvimento económico do interior

Construir mais uma barragem ou dessalinizar?

Do conjunto de medidas previstas para fazer face à falta de água, o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) salienta a instalação de uma central de dessalinização. “A partir de 2080, vai ser inevitável”, defende Luís

A barragem de Odeleite encontra-se a 43,3% da capacidade de armazenamento, mas a partir da cota 22 já é considerado “volume morto”

Dias, coordenador do estudo, desenvolvido por uma equipa multidisciplinar da Universidade de Lisboa, Universidade do Algarve e Instituto de Ciências Sociais.

Os números que sustentam as projecções referem que a pluviosidade tem vindo a diminuir nos últimos anos, embora o Algarve registe um

historial de períodos de seca. Mas a escassez de recursos hídricos não se faz sentir de igual modo em toda a região. A serra de Monchique, por exemplo, assinala uma média de 1554 milímetros/ano de chuva, enquanto no Nordeste algarvio a pluviosidade se fica por menos de um terço: 480 mm/ano.

O sistema de barragens Odeleite-Beliche, inaugurado há duas dezenas de anos, tem uma capacidade de retenção de 178 milhões de metros cúbicos de água: Odeleite 130 milhões, Beliche 48 milhões. Um estudo do ex-Instituto da Água

(Inag), em 1985, defendia que esta zona teria condições para um acréscimo de 56% nas reservas de água, caso fosse construída a Barragem da Foupána – seriam mais 100 milhões de metros cúbicos. O projecto chegou a ser equacionado, mas não passou das promessas. “Cada vez é mais evidente a necessidade de construir a Barragem da Foupána”, defende Carlos Madeira, lembrando que seria “uma mais-valia para uma região que não tem futuro se não tiver água”.

irevez@publico.pt

Série de Verão



É uma das jóias da ria Formosa, coroada por uma das mais belas povoações algarvias. *Mara Gonçalves*

A praia de Cacela Velha ainda é uma “metáfora de felicidade”

● É possível que o fluxo de banhistas tenha aumentado desde que foi considerada uma das 15 “melhores praias do mundo” pela redação da edição espanhola da Condé Nast Traveler, em 2015. Mas, em plena segunda quinzena de Agosto, no fim-de-semana que se adivinhava de maior enchente na região, o areal está composto mas com espaço suficiente para que ninguém se sinta atropelado pelas toalhas e conversas nos chapéus vizinhos.

Entre praias espanholas, uma italiana e várias no continente americano, surgiu o singelo areal algarvio, escolha pessoal da jornalista Sara Morillo. “Aí descobri aquela que hoje sinto como a minha praia. Talvez não seja a mais bonita (que é), nem a mais virgem (que também o é), mas é a metáfora da minha felicidade.”

Quatro anos depois, diríamos que esta continua a ser um bálsamo de felicidade, bela e, se não virgem (existem?), pelo menos recatada, tranquila e bravia. Uma língua de areia que se molda consoante os ventos e as marés, conseguindo deixar os humanos mais afoitos e desprevenidos de geleiras e toalhas e chapéus-de-sol à cabeça, com água até ao pescoço e pés a escorregar no lodo, enquanto tentam chegar ao areal ou a terra firme, conforme estejam a chegar ou a partir.

É que o acesso “tem a sua liturgia”, avisava a Condé Nast Traveler. É por isso que esta praia dificilmente se dará a grandes multidões, por mais elogios e adjetivos gordos e Instagrams perfeitos que se publiquem. O estacionamento no Sítio da Fábrica - onde até à década de 1940 laborou a fábrica de cerâmica que lhe dá nome - é escasso e a travessia um jogo de marés.

Quando está baixa, é possível caminhar pelo sapal, com o cuidado devido para não perturbar os caranguejos, moluscos, bivalves e aves que aqui procuram refúgio, como as garças que vemos pousadas nos puzzles de lodo. Quando a maré começa a subir (ou para maior comodidade), há pequenos barcos que transportam os banhistas para o areal de Cacela Velha (1,50€ por viagem) e para a praia da Fábrica (1€). Mas há sempre quem arrisque a travessia a pé, até quando o caminho está transformado numa tranquila piscina, e acabe encurralado pelas águas, de pertences sobre os cabelos.

As duas praias distam poucos metros. A ilha é a mesma. Os nomes servem apenas para identificar as duas faixas de areia mais acessíveis a partir do ancoradouro do Sítio da Fábrica (em nenhum dos casos existe um cais flutuante, há que caminhar pela areia e molhar os pés para chegar



“Talvez não seja a mais bonita, nem a mais virgem, mas é a metáfora da minha felicidade.”

ao barco). A praia da Fábrica fica-lhe mesmo em frente, o areal de Cacela Velha um pouco mais para a esquerda, aos pés da histórica aldeia.

Estamos no extremo leste da ilha de Cabanas, uma das cinco que formam o ecossistema dunar da ria Formosa. Uma pequena garganta de mar afasta-nos dos areais da Manta Rota, e há quem se divirta lançando-se sobre bóias e colchões insufláveis, aproveitando a corrente para flutuar até às águas transparentes e calmas que se guardam entre os areais, a costa e a ribeira de Cacela Velha. Do lado do mar, batem umas ondas leves e há alguns limos, mas aqui a água parece vidro cristalino, ideal para crianças pequenas, com o mais belo postal ilustrado por cenário: no topo de uma colina suave erguem-se os muros da fortaleza, coroada pela alva igreja de Cacela Velha. É um luxo mergulhar com vistas assim.

Se virarmos costas a Espanha, então temos praia para caminhar até à barra de Tavira, frente ao velho forte do Rato, uns bons sete quilómetros de Parque Natural da Ria Formosa, com o areal de Cabanas pelo meio, aos quais não terá ficado indiferente o jornal britânico *Guardian*, quando há dez anos elegeu Cacela Velha como uma das melhores praias europeias para quem gosta de caminhar.

Não nos atrevemos a tanto. O passeio fica-se por esta ponta da língua de areia, entre os areais de Fábrica e Cacela, ida pela beira-mar, regresso pela orla do sapal. Pelo caminho, cruzamo-nos com famílias apetrechadas de geleiras, cadeiras e brinquedos, encontramos pequenos moinhos de vento, construídos com canas e penas caídas, e pranchas de windsurf a levantar sobre as ondas perante uma assistência de banhistas curiosos com a leveza do equipamento e as manobras dos surfistas, de quilha levantada pelo vento.

Ainda que o número de veraneantes não se compare ao de outros areais, ainda que não existam construções (apenas um minúsculo bar de assistência à concessão de espreguiçadeiras) e ainda que os caixotes do lixo, com separação de resíduos, estejam cheios, o curto caminho que fazemos é suficiente para encher um saco de beatas, pedaços de plástico, esferovite e de outros despojos de pesca. Este é talvez um dos principais passos que falta dar para que possamos garantir que esta - e tantas outras praias portuguesas - se mantenham uma “metáfora de felicidade” de Verão para Verão, de geração para geração, sem que o frágil equilíbrio do ecossistema seja posto em causa. Vamos cuidá-la(s)?



IAN MURRAY/GETTY IMAGES



À volta da praia

Framboesas à beira-mar

Não faltam os vendedores de bolas de Berlim (ainda que já tenhamos comido melhores), mas não é dessa gulodice que Duarte Reis traz aos ombros, areal acima, areal abaixo. A placa anuncia couvetes de framboesas, uma por 2€, três por 5€. É o terceiro ano de produção e o segundo de venda na praia durante os meses de Verão. "Pertencemos a uma organização de produtores e toda a fruta é para exportação. Mas os países nórdicos [principal mercado] conseguem produzir nesta altura do ano, então os preços decrescem e, como não havia este tipo de oferta nas praias, achámos que podia ser uma boa oportunidade", conta, enquanto reúne todas as caixas junto ao parque de estacionamento, para fechar o dia. "Cada geleira leva 34, hoje vendi seis. Dá 204 couvetes." Ainda que os portugueses estejam cada vez mais preocupados com questões de saúde, "a bolinha ainda é rainha", lamenta. São os espanhóis e os franceses os principais compradores, revelando outra tendência recente neste recanto do Algarve. "O turista mudou relativamente ao que a gente estava habituada cá em baixo, que eram ingleses e alemães." À venda nos areais de Cacela, Alvor e Armação de Pêra, as framboesas da Quinta do Vale Formoso esperavam a aprovação das licenças para expandir ao Barril e à ilha de Tavira.

Na histórica Cacela Velha

Terra de campos férteis e vista privilegiada sobre a ria Formosa, terá sido fundada pelo povo fenício por volta do século I a.C. e povoada desde então. O minúsculo núcleo histórico, classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1983, presta homenagem a esse passado rico de povos e culturas, com versos dos poetas árabes que aqui moraram sobre as paredes caídas, por exemplo, ou a recuperação da cisterna, com uma nora pintada de verde-alface. Pode passear junto à antiga casa da câmara, datada do século XVI, o edifício mais antigo, ou visitar a igreja de Nossa Senhora da Assunção ou a fortaleza. O miradouro tem das mais belas vistas sobre as praias



Mata Nacional das Dunas Litorais de Vila Real de Santo António

e deste recanto da ria Formosa, especialmente ao pôr do Sol.

Ostras e bolos à porta da igreja

É um fim de tarde quase incontornável numa passagem por Cacela Velha: subir a encosta ainda com o corpo salgado, largar a tralha da praia na bagageira do carro ou no alojamento arrendado e esperar por uma mesa na Casa da Igreja, esplanada singela e concorrida onde a carta contempla apenas cinco ingredientes: mariscos, chouriço assado, queijos, pão e manteiga. Há ostras (12 por 12€), amêijoas, conquilhas, gambas cozidas ou fritas e camarão vermelho frito. Simplicidade de lamber os dedos com o último gole de vinho. Chegue cedo e termine a refeição com um dos bolos caseiros que as senhoras da localidade vendem todos os Verões junto à porta da igreja.

De barco pela ria Formosa

As praias de Cacela Velha e da Fábrica ficam na ilha de Cabanas, uma das cinco ilhas-barreira da ria Formosa. Uma das melhores formas de conhecer este complexo sistema lagunar com cerca de 18 mil hectares, que vai de Faro a Vila Real de Santo António, é num passeio de barco. Existe muita oferta neste sector, com partida dos principais ancoradouros e programas que podem incluir refeições a bordo ou observação de aves, por exemplo. A empresa Passeios na Ria Formosa está sediada em Cacela e tem quatro propostas: da barra de Cacela ao sopé da aldeia (20€) ou até ao sítio de Lacém e Cabanas (20€), pela zona de Tavira (30€ por pessoa) e entre Santa Luzia e Terra Estreita (30€). Quando não há passeios agendados, os

pequenos barcos fazem a travessia entre o Sítio da Fábrica e as praias.

Um salto a Cabanas

A ilha vai buscar o nome à proximidade com Cabanas de Tavira, já no concelho vizinho. De herdade régia a povoação piscatória a vila de aldeamentos turísticos, Cabanas de Tavira vale uma visita, essencialmente por dois motivos: a praia, embora mais concorrida, e o restaurante Noélia e Jerónimo, cujo receituário regional de qualidade têm-no colocado entre as casas mais afamadas da região. Agora que o fim da época balnear se anuncia, ficará mais fácil reservar mesa ou simplesmente aparecer sem ficar em filas de espera que duram horas e horas.

A mata do camaleão

Para um piquenique ou uma caminhada, a Mata Nacional das Dunas Litorais de Vila Real de Santo António pode ser uma boa opção. São cerca de 3 km de pinheiral, desde Monte Gordo à cidade pombalina à beira do Guadiana, com zona de merendas e diferentes trilhos para explorar. A mata, além de formar uma cortina protectora contra os ventos marítimos e de contribuir para a fixação do cordão dunar, é um importante abrigo do camaleão, um dos últimos redutos do seu habitat natural em Portugal. Além do pequeno réptil, entre a fauna e a flora destacam-se espécies como o pinheiro-bravo, o tojo-do-sul e a aroeira, além de aves como o chapim, o pintassilgo ou a pega-azul.

Num girocóptero pelo ar

Chegou ao antigo aeródromo de São Bartolomeu/Fonte, próximo da praia Verde, no ano passado e este ano começou a operar voos turísticos regulares. A SkyXpedition levanta voo sobre a ria Formosa em girocópteros, aparelhos semelhantes a helicópteros mas ultraligeiros, e tem vários passeios disponíveis: de 15 minutos sobre as salinas e o castelo de Castro Marim; meia hora a sobrevoar a região, incluindo Cacela Velha; ou do Barrocal ao Guadiana numa hora de voo. Preços a partir de 50€.

B.I.

Cacela Velha, Vila Real de Santo António

Praia seminatural, localizada no extremo nascente da ilha de Cabanas. Tem lava-pés, quiosque e restaurante na zona terra, no Sítio da Fábrica. No areal, existe uma concessão com espreguiçadeiras, um minúsculo bar e nadador-salvador. **GPS:** 37°9'4.55"N 7°32'56.83"W
Temperatura média do ar: entre 12°C (min.) e 22°C (máx.)
Temperatura média da água: 22°C
Acessos: a travessia a partir do Sítio da Fábrica pode ser feita de barco (1€ para o areal da Fábrica, 1,50€ até à praia de Cacela Velha; das 9h às 19h em Setembro e das 9h30 às 18h em Outubro) ou a pé, através do sapal (maré baixa). O estacionamento é reduzido.



Miguel Sousa Tavares

AS MONOCULTURAS COMO PENSAMENTO ESTRATÉGICO

1 Eis que regressou, via programa eleitoral do PSD, a arrastada discussão sobre a localização do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL). Uma discussão que parecia consensualmente encerrada com a opção pela Portela+1 e o aproveitamento da pista militar do Montijo e as suas evidentes vantagens em relação à anterior opção, Alcochete: mais próxima, francamente mais barata e de mais rápida execução. Claro que, como qualquer aeroporto, o Montijo não deixa de implicar fortíssimos impactos ambientais, decorrentes da área abrangida, do ruído causado, dos acessos envolvidos e das populações afectadas. Mas, nesse aspecto, os danos ali causados são danos subtraídos a Lisboa, muito mais populosa, em virtude do número de operações de que a Portela ficará aliviada. Há ainda o caso particular das aves do Estuário do Tejo — um problema que também se punha em relação a Alcochete — e que o Estudo de Impacte Ambiental não ignora mas considera poder ser minimizado em termos aceitáveis. A escolha pelo Montijo poderia assim continuar a parecer pacífica se tudo isto fosse pacífico e não desse antes a sensação de um mundo submerso de interesses cruzados onde até os poucos especialistas que não estão arrolados pelos interesses conseguem ver absolutamente claro. Sabemos que a ANA prefere o Montijo porque lhe saíria muito mais caro ter de construir um aeroporto de raiz noutro lado qualquer e esta é mais uma ocasião para lamentarmos a privatização da ANA, feita por razões de pura demagogia ideológica e que agora nos impede de ver claro numa questão de interesse público determinante. É o que acontece quando os rapazes e raparigas das juventudes partidárias chegam ao poder, com algumas ideias vendidas nos cursos de Verão, e acham que se podem tomar decisões sobre a governação de um país alienando previamente os principais instrumentos necessários para tal.

Mas se é difícil ver claro sobre o céu do Montijo, eu vejo mais claro o que se diz sobre o céu de Lisboa. O NAL, dizem-nos, é absolutamente necessário e urgente para dar resposta ao fluxo expectável e sempre em crescendo, do número de turistas que esperamos que continuem a visitar-nos nos próximos anos, décadas e séculos, até ao fim dos tempos. Curiosamente, este é um argumento tanto dos que defendem o Montijo já como dos que defendem Alcochete logo: não se pode parar o crescimento do turismo, o que significaria, segundo António Costa, “comprometer fortemente a dinâmica de crescimento do país”. Eu oiço este discurso há 40 anos e foi em nome dele e da “dinâmica de



ILUSTRAÇÃO HUGO PINTO

crescimento do país” que assisti, por exemplo, à vandalização do Algarve. A aposta na quantidade não apenas descaracterizou quase toda uma região como obrigou necessariamente a uma estratégia de fuga em frente que fez baixar drasticamente a qualidade da oferta e da procura, sem, todavia, acarretar, longe disso, um correspondente aumento de receitas. Porque aquilo que se torna mau tem de se vender mais barato.

Felizmente, nos últimos anos — e muito mais por iniciativa privada do que por políticas públicas pensadas — a oferta turística em Portugal começou a contemplar outras geografias, outro tipo de produtos e, sobretudo, outro tipo de abordagens. Pelo país fora proliferam uma quantidade de iniciativas louváveis e de grande qualidade que, em muitos casos, têm sido uma bóia de salvação contra o abandono do interior. E seria de uma imensa má-fé não reconhecer o que o turismo fez de bom pela verdadeira reconstrução de cidades como Lisboa e Porto e algumas outras também, arrancadas

Dêem-me todas as razões para um novo aeroporto, menos a da necessidade de ter de receber cada vez mais e mais turistas, sem fim à vista

de um marasmo que se diria imutável para sempre. Não tenho dúvida de que foi essa nova atitude, que soube aproveitar diversas circunstâncias externas favoráveis, que ajudou em grande parte o sector privado a aguentar-se no *ground zero* para que a falência do Estado o empurrou. Mas todos sabemos que há um preço a pagar e que em alguns casos, como o da habitação no centro das cidades, ele já está a ser pago. A menos que se acredite, como me dizia há tempos um taxista entusiasmado, que os habitantes de Lisboa e Porto deveriam ser todos expulsos para a periferia e as cidades deixadas só para os turistas e respectivos serviços de apoio, é óbvio que haverá cada vez mais um conflito latente entre os direitos dos cidadãos e as expectativas da indústria turística. O exemplo dos grandes paquetes carregados de turistas é um caso para meditação: ficamos todos contentes quando, num mesmo dia, quatro paquidermes flutuantes amarram em Lisboa e vomitam 20 mil turistas pela zona nobre da cidade, entupindo o trânsito e fazendo as delícias de taxistas, tuk-tuks e vendedores de *souvenirs*. Mas, no fim do dia, eles nem jantam nem dormem, a receita que deixam é mínima face ao transporte que causam e à despesa feita pelo município para os receber, paga pelos impostos de quem cá vive. Vale a pena? Barcelona, Veneza, Dubrovnik, as ilhas gregas são exemplos, onde estive recentemente e onde nunca mais voltarei a não ser por razões de trabalho, de lugares outrora mágicos e hoje devastados por hordas de turistas vagueantes à procura da *selfie* perfeita, despejados como gado de *charters* e navios, tentando acreditar que estão em viagem e felizes. Bom, estão no seu direito. E quem os recebe e factura com eles, também. São direitos incontestáveis. Mas as cidades também são feitas de outras pessoas, não apenas turistas e comerciantes do turismo. No dia em que as ideias do meu taxista

forem doutrina inquestionável (e já faltou mais) as cidades estarão mortas, os países estarão mortos. Seremos apenas uma Disneylândia servida por aeroportos e portos para levar e trazer gente que não mora aqui.

Dêem-me todas as razões para um novo aeroporto, menos a da necessidade de ter de receber cada vez mais e mais turistas, sem fim à vista.

2 “Não há actividade humana que não provoque impactos sobre a natureza... O problema é que, reduzindo os riscos dos impactos ambientais a zero, não há alimentação para a Humanidade.” Não, esta frase não foi dita por Jair Bolsonaro para justificar a desmatização da Amazônia, a benefício dos criadores de gado e plantadores de soja. Mas podia muito bem ter sido dita, pois corresponde ao seu profundo pensamento em matéria de ambiente. Esta frase pertence a um responsável político de um partido oficialmente preocupado com as questões ambientais, de um país que se indigna com a destruição da Amazônia e a insensibilidade do Presidente brasileiro. A frase pertence ao nosso ministro da Agricultura, Capoulas Santos, e serviu-lhe para justificar a proliferação daquilo que se está tornando na monocultura do olival superintensivo no perímetro de rega do Alqueva. Rebatendo uma das várias críticas aos danos ambientais causados por essa monocultura — o uso abundante de herbicidas e pesticidas — sossegou-nos ainda o ministro dizendo que “o nosso país situa-se no espaço europeu, onde a utilização de pesticidas é mais restrita”. Anda muito distraído, o ministro! Este Verão, a UE não conseguiu impor aos Estados-membros, capturados pelas multinacionais do sector, uma alta significativa ao uso de pesticidas, apesar da divulgação de um relatório que estima em 75% o desaparecimento de insectos, em especial as abelhas,

no território europeu, nos últimos 30 anos (o que cada um de nós pode constatar, lembrando e comparando a quantidade de insectos que danτες morriam durante uma viagem no pára-brisas dos carros e a que morre hoje). E, com a morte dos insectos, como relatava uma reportagem do “Le Monde” de há uma semana, estamos também a assistir ao desaparecimento acelerado dos pássaros nos céus da Europa, por falta de alimento. É lastimável que um ministro da Agricultura não perceba a relação íntima que existe entre agricultura e ambiente e que apenas nos países do Terceiro Mundo é que se faz agricultura a olhar só para a geração de hoje e à custa da destruição da natureza. É muito fácil ser-se ambientalista ...no quintal do vizinho.

Ao contrário do que diz Mariana Matos, representante dos industriais do sector, não se trata de uma que rela entre os “urbanos que querem ir passear para o campo aos fins-de-semana e os agricultores que têm de ser pobresinhos”. Para começar, não estamos a falar de agricultores, mas de industriais de *commodities*: nenhum destes supostos agricultores é capaz de enxertar uma árvore ou podar uma oliveira, as máquinas e o computador fazem tudo por eles. Depois, pobresinhos é que eles não são: além do Grupo Melo e o seu Oliveira da Serra, a maior parte deles são empresários espanhóis, triplamente ajudados pelos nossos impostos: na construção do Alqueva, no preço político da água e nos subsídios dados ao negócio. Não há aqui nenhuma querela entre urbanos e camponeses: há é entre quem se preocupa com o que se passa no campo e quem se acha dono absoluto dele. Deixem lá de nos imaginar assim tão ingénuos.

Miguel Sousa Tavares escreve de acordo com a antiga ortografia



Pressão para saída dos centros aumenta em Lisboa e no Porto

Uma família que veja o seu contrato de arrendamento caducado nos centros não consegue casa no Programa de Arrendamento Acessível a menos de 20 minutos em Lisboa e dez minutos no Porto

Arrendamento
Luísa Pinto

Se um agregado familiar perdesse o seu T2 situado no centro do Lisboa, em Campo de Ourique, porque o senhorio não pretendia renovar o contrato, só conseguiria encontrar um T2 nas mesmas condições se andasse vinte minutos num percurso de carro com trânsito normal. Se esse agregado vivesse no centro do Porto, por exemplo, na freguesia do Bonfim, não conseguiria encontrar esse apartamento sem se meter num percurso de carro que lhe tomaria um mínimo de dez minutos. Sem trânsito. Estas foram as conclusões a que foi possível chegar no segundo exercício feito pelo PÚBLICO, em parceria com os investigadores da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), e que trabalham na área da Morfologia e Dinâmicas do Território.

Num esforço para aferir o impacto no acesso à habitação e nas dinâmicas do mercado de arrendamento que poderia ter o programa de Arrendamento Acessível (PAA), um instrumento que integra a Nova Geração das Políticas de Habitação, percebeu-se, numa primeira fase, que 75% da população do Porto e 80% da população de Lisboa está excluída do acesso a este programa. Agora, procurou-se perceber até onde teriam de se deslocar os agregados que procurassem um habitação no âmbito deste programa, assim como se a tendência tem sido melhorar, ou piorar. Isto porque é possível avaliar a variação das rendas no período de um ano, tendo em conta o segundo semestre de 2017 (o primeiro período para o qual há dados das rendas medianas publicados pelo Instituto Nacional de Estatística) e segundo semestre de 2018 (o último período para o qual há dados).

Os dados analisados permitiram perceber que apesar de se tratar de

um curto período de tempo (um semestre), as variações são significativas, ultrapassando os 10% e até os 20% em vários territórios.

O crescimento das rendas é mais expressivo nas áreas do Porto, Lisboa e Algarve – e que são exactamente as mesmas onde os valores são já mais elevados. No entanto, identificam-se já taxas de crescimento significativas em áreas mais afastadas (Braga, Guimarães, Paredes, Aveiro, Évora, etc.). As áreas onde os valores das rendas desceram são minoritárias.

Quanto tempo leva?

Relativamente à pergunta sobre quanto se teria de afastar uma família para encontrar uma nova habitação que conseguisse pagar, tendo em conta as condições propostas pelo PAA (em que limita a taxa de esforço a 35% do rendimento), os investigadores da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP) conseguiram responder com uma mancha de cores num mapa: a vermelho as áreas onde já não seria possível encontrar um apartamento nas condições impostas pelo PAA tendo em conta os valores das rendas do segundo semestre de 2017 (o primeiro período para o qual há dados publicados pelo INE); a laranja, as áreas onde não seria possível tendo em conta os valores do segundo semestre de 2018 (o último período para o qual há dados).

Olhando para o mapa, consegue-se perceber que o tal agregado familiar hipotético seria obrigado a deslocar-se face ao centro da área metropolitana. No caso de Lisboa, o acesso ao apartamento é impossível dentro de uma linha que delimita um percurso de 20 minutos de carro. No Porto, essa dificuldade está na linha de dez minutos. Mas percebe-se que a situação está a piorar, e que já há muita mancha a laranja antes da isocrona dos 20 minutos.

O cálculo das linhas não tem em conta a variação do tráfego, pelo que

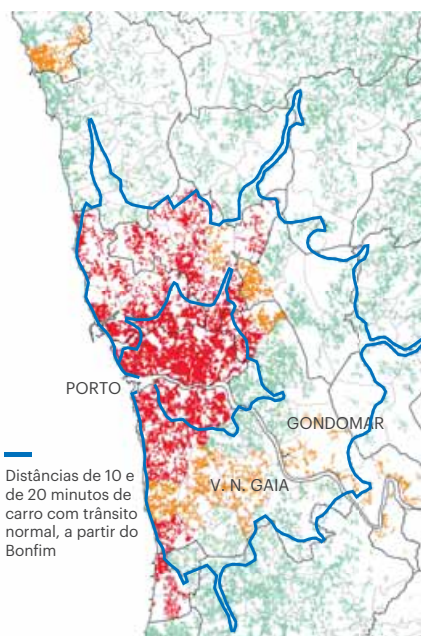


Em Lisboa, acesso ao apartamento é impossível dentro da linha que delimita percurso de 20 minutos

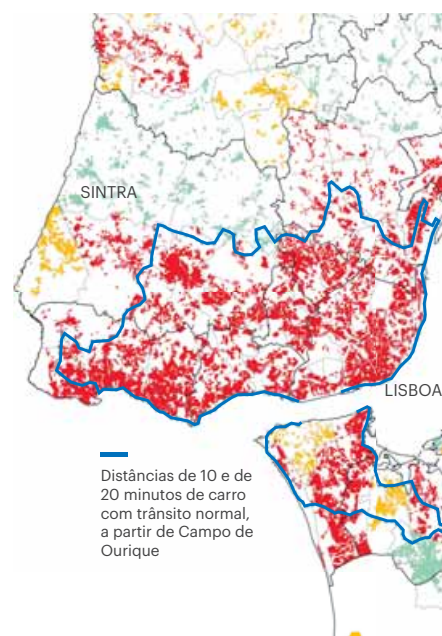
Se um agregado perdesse o seu T2, onde encontraria um T2 no âmbito do PAA?

■ Zonas onde já não era possível com os dados do segundo semestre de 2017 ■ Zonas onde passou a não ser possível a partir do segundo semestre de 2018 ■ Zonas onde é possível aceder ao PAA, considerando o IRS mediano do agregado

PORTO



LISBOA



Fonte: INE/MDT-CEAU-FAUP/PÚBLICO

PÚBLICO



8000

é o número de inquilinos interessados em aderir ao Programa de Arrendamento Acessível, em vigor desde 1 de Julho. Há 135 alojamentos registados até agora

este percurso, em condições reais, poderá corresponder a intervalos de tempo bastante mais elevados, em particular em horas de ponta.

Os cálculos das isócronas foram feitos usando como referência o centro da freguesia de Campo de Ourique, em Lisboa, e o centro da freguesia do Bonfim, no Porto. Foram usadas estes dois exemplos por eles terem sido usados como apartamento-tipo pelo Governo para a divulgação do PAA.

Recorde-se que dois meses e meio depois de entrar em vigor a PAA, só há 20 contratos assinados, e um claro desequilíbrio entre procura (mais de 8000 inquilinos interessados) e a oferta (há apenas 135 alojamentos registados no Portal da Habitação), segundo os últimos dados.

Quando foi lançado o Programa de Arrendamento Acessível, o Governo anunciou a intenção de dar resposta aos agregados cujo rendimento não era suficiente para suportar as rendas que estavam a ser praticadas pelo mercado. O anúncio surgiu como promessa de conforto para as muitas famílias que viviam nas principais cidades do país, onde a pressão de preço é maior, e enfrentavam anúncios de não-renovação de contrato. Mas também para aquelas famílias e agregados que procuravam casa próximo do seu local e trabalho.

O Estado isenta de impostos todos os senhorios que aceitem baixar a renda para um valor de referência definido pelo programa e que seja 20% abaixo do praticado pelo mercado.

A equipa do núcleo de Morfologia e Dinâmicas Territoriais (MDT) do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da FAUP sublinha, no entanto, que este exercício não permite tirar conclusões absolutas, já que os agregados familiares são muito variáveis na sua composição, o que implica que sejam igualmente distintas as suas necessidades habitacionais e as suas fontes de rendimento. E recordam que, de acordo com o Censos de 2011, serão mais de 20% as famílias com apenas um elemento, que não poderão contar com dois ordenados e que, muito provavelmente, não necessitariam de um apartamento de tipologia T2.

luisa.pinto@publico.pt

Equilibrar o que se desequilibrou



Opinião
Nuno Travasso

Quando uma coisa é, ao mesmo tempo, bem de primeira necessidade para uns e produto financeiro para outros, gera-se um conflito de interesses que tem sempre o mesmo resultado: aqueles que realmente necessitam dessa coisa deixam de ter meios para a aceder a ela. Prova disso é o que tem acontecido, nos últimos anos, no domínio da habitação.

A crise económica levou à concentração do capital, depois dirigido para certos segmentos do sector imobiliário, visto como produto financeiro seguro em tempo de juros baixos, instabilidade bancária, fragilidade da economia e incerteza geopolítica. Em Portugal, a aposta centrou-se na reabilitação dos núcleos históricos esquecidos que voltavam a ser objecto de procura – em particular Lisboa e Porto – dinâmica que se cruzou com a descoberta dessas mesmas cidades pelo turismo, entre “low cost” e Airbnb.

Os Governos de então viram aí potencial para ajudar a economia nacional a sair da crise. Em especial a partir de 2012, sucederam-se políticas públicas que visaram aproveitar o contexto e incentivar o investimento: regime do alojamento local, regime da reabilitação urbana, vistos gold, novo regime do arrendamento urbano, regime excepcional da reabilitação urbana, benefícios fiscais. Assim se alteraram as regras do mercado e precipitaram os acontecimentos.

O resultado é conhecido. As casas passaram a jogar em diferentes mercados ao mesmo tempo: são habitação, alojamento turístico, produto financeiro. Os valores das rendas dispararam – em particular em Lisboa e no Porto

– e quem delas necessita para viver já não lhes consegue aceder. A procura de casa faz-se agora cada vez mais longe dos grandes centros – para muitos, o lugar onde moraram uma vida, ou encontraram emprego. Até onde? A mais de 20 minutos de viagem em automóvel, os quais facilmente se transformam em mais de uma hora para cada lado, se considerarmos horas de ponta ou percursos em transportes públicos. Horas roubadas ao descanso de quem trabalha. E estes tempos irão certamente aumentar, à medida que o fenómeno se alastra, qual onda de choque.

O recente estudo do MDT-CEAU-FAUP pretendeu apenas quantificar e cartografar as condições que obrigam tantas famílias a abandonar as suas casas e a procurar nova morada cada vez mais longe das suas vidas – histórias que nos lembram que o jogo abstracto dos mercados tem impactos muito concretos na vida das pessoas. Mas os impactos vão para além dos dramas dessas famílias, e levantam-nos outras questões.

Estarão as autarquias e autoridades metropolitanas a cientes do aumento de pressão sobre os sistemas de transportes que poderá resultar da crescente dificuldade de quem trabalha nos

centros de Lisboa e Porto aí poder residir, num momento em que aumentam a actividade e os empregos nestes centros? Que consequências terão as cada vez mais demoradas deslocações diárias para a saúde de quem as faz? E os que escolhem ficar, aceitando para isso viver em condições de conforto e salubridade questionáveis, ou sobreviver com rendas muito acima das suas possibilidades poupando para isso noutras necessidades básicas: quais as consequências para a sua saúde?

Não perdem competitividade as cidades que não conseguem fixar população jovem com rendimentos medianos? Quais as empresas que desejam fixar-se em territórios onde os salários que pagam não permitem aos seus funcionários aceder a uma habitação condigna próxima do local de trabalho? Quais as consequências, a prazo, de um contexto que parece voltar a empurrar todos para o crédito hipotecário? Sobre tudo: que cidades estamos a construir quando não se permite à maioria da população aí encontrar casa e em que parecem ficar apenas os mais ricos, os mais pobres e aqueles que aceitam viver em condições pouco aconselháveis?

E os outros municípios? Os que se encontram para lá da coroa de

preços incomportáveis que envolve os grandes centros e para onde se irá agora dirigir a procura? Estarão eles a fazer os trabalhos de casa? O que estão a fazer para atrair os novos potenciais residentes e para terem condições de os receber? O que estão a fazer para evitar uma súbita subida dos preços da habitação resultante do aumento da procura, que venha a prejudicar aqueles que já aí residem? O que estão a fazer para que os novos residentes não se limitem a dormir aí – aumentando os movimentos pendulares – mas possam também aí encontrar emprego e espaços para as restantes actividades quotidianas?

São muitas perguntas. O certo é que a habitação não pode ser vista como um problema sectorial, nem só de alguns (dos mais pobres, dos inquilinos). É questão transversal, que toca todos, directa ou indirectamente. Até porque, muito provavelmente, aquilo que não se gastar agora em habitação pagar-se-á mais tarde em mobilidade, saúde, competitividade, etc.

Urge uma política de habitação mais robusta e para todos, capaz de mobilizar todos os intervenientes, das autarquias ao mercado passando pelo terceiro sector e academia, e que consiga articular ferramentas que, desde a mobilidade até ao emprego, têm impacto na equidade no acesso a uma habitação condigna e uma vida saudável. O problema é demasiado vasto para respostas que partam de um único actor ou ponto de vista. No entanto, o Estado deverá assumir aqui um papel central. É importante lembrarmo-nos do papel que a acção pública desempenhou no desencadear da actual crise de habitação, ao mudar as regras do jogo. É isso que nos permite agora esperar que seja o mesmo Estado a procurar equilibrar aquilo que desequilibrou.

Arquitecto e investigador do MDT-CEAU-FAUP





Crianças acolhidas em lares vão ter deveres e novos direitos

Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo é de 1999. Governo avança com novo regime para as que são retiradas às famílias e para o papel que devem ter as casas de acolhimento no seu projecto de vida **Sociedade, 18**

Novo regime de rendas empurra moradores para fora dos centros

Em Lisboa e no Porto, quem viva no centro e fique sem casa só encontrará uma igual nas periferias **p24/25**

Tensão Irão-EUA de volta após ataque ao petróleo saudita

Ataque a refinaria afectou metade da produção da Arábia Saudita e pode levar a escalada nos preços **p26**



I Liga: FC Porto salva-se no fim e Sporting volta a atrasar-se

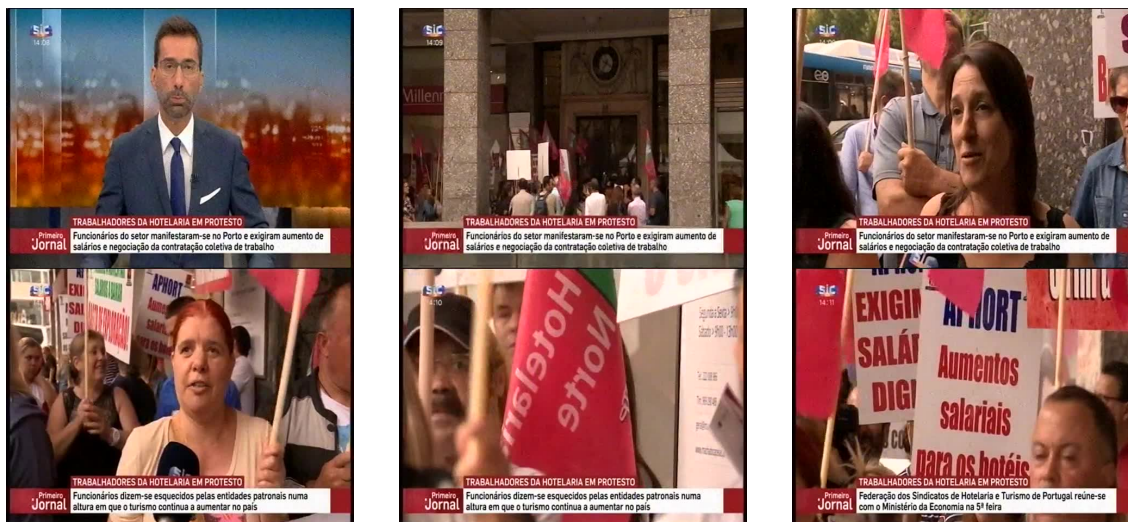
Jogo dramático em Portimão acabou com vitória dos "dragões" nos descontos. Boavista trava Sporting **p43/44**

Morreu Roberto Leal, o autêntico artista luso-brasileiro

Cantor era referência para milhares de emigrantes, mas nunca ultrapassou "preconceito" no país **p36**

ID: 82506848

16-09-2019 14:08



Trabalhadores da Hotelaria em protesto no Porto

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=55bbe37d-0e5c-450d-b936-6e7f55cd579f&userId=20bb6b56-ec51-42d3-b11d-421913ecc5ae>

Cerca de 50 trabalhadores da hotelaria do Porto manifestaram-se esta manhã, exigem uma subida dos salários já a partir de Janeiro e sublinham que as receitas com o turismo são cada vez maiores. Declarações de Nuno Coelho, Direção Fed. Sindicatos e Turismo de Portugal.

ID: 82506073

16-09-2019 13:10



Protesto no setor da hotelaria e turismo

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=92c6eb9b-24b8-435b-b71a-7fd24e4cdf6a&userId=20bb6b56-ec51-42d3-b11d-421913ecc5ae>

Os trabalhadores do setor do turismo estiveram hoje reunidos em protesto à frente da Associação Patronal, no Porto, para exigir aumentos salariais. A Federação Sindical acha inadmissível os salários num setor que tem registado constante evolução.

Declarações de Orlando Magalhães, rececionista de hotel; Ermelinda Cardoso, ajudante de cozinheiro; Nuno Coelho, dirigente Sindicato da Hotelaria do Norte.

Repetições: TVI 24 - Notícias , 2019-09-16 14:13

Albufeira | Colóquio - Turismo do Algarve - Que futuro?

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 16/09/2019

Melo: + Algarve Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=afe6b8f7>

No passado dia 13, os vereadores não permanentes da Câmara Municipal de Albufeira, Ricardo Clemente, Victor Ferraz e Sara Carvela, organizaram no salão nobre da Câmara Municipal de Albufeira, o Colóquio - Turismo do Algarve - Que futuro?

Abriu a sessão o Sr. Presidente da CMA, José Carlos Rolo seguindo-se os oradores convidados, Prof. Carlos Vieira do (ISMAT), Fátima Catarina (Vice Presidente da RTA), Victor Neto (NERA), Elidérico Viegas (AHETA) e Mário Ferreira (Grupo NAU).

Com a moderação do vereador Ricardo Clemente, os oradores foram expondo as suas preocupações de uma forma frontal, mas realista. Apontando responsabilidades, sem deixar de apresentar diversas pistas de atuação para se delinear uma estratégia de intervenção integrada para a região. Foi referido que, apesar dos números estarem consolidados, é preciso estarmos alerta aos sinais de abrandamento sem, no entanto, deixarmos de valorizar e defender o nosso produto.

Seguiu-se um debate aberto com diversas intervenções do público, que enriqueceram o debate, com diversas perspetivas. No final o vereador Victor Ferraz fez uma resenha das intervenções. resumindo as conclusões finais a alguma ideias chave:

Orgulho na sua região, na sua terra

Preocupação pelas alterações climáticas

Atenção aos sinais de alerta externos e internos

Qualificação dos trabalhadores, apostando, para além da competência na humanização.

Definição de uma estratégia de médio longo prazo, mas participada.

Necessidade de uma intervenção integrada na região.

Responsabilização política ao nível local e nacional, com defesa intransigente dos interesses da região pelos seus eleitos.

Intervenções efetivas no terreno na execução das mudanças necessárias.

Este colóquio irá culminar num relatório final, para ser reencaminhado para as diversas entidades responsáveis bem como o público em geral.

Fonte: VF

Vereadores não permanentes na Câmara Municipal de Albufeira organizaram o colóquio "Turismo do Algarve - Que futuro?"

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 16/09/2019

Melo: Algarve Primeiro Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=c3d77c1c>

No passado dia 13 de setembro, os vereadores não permanentes da Câmara Municipal de Albufeira, Ricardo Clemente, Victor Ferraz e Sara Carvela, organizaram no salão nobre da Câmara Municipal de Albufeira, o Colóquio - Turismo do Algarve - Que futuro?

Abriu a sessão o Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, José Carlos Rolo seguindo-se os oradores convidados, o Prof. Carlos Vieira do (ISMAT), Fátima Catarina (Vice-Presidente da RTA), Victor Neto presidente do NERA, Elidérico Viegas presidente da AHETA e Mário Ferreira do Grupo NAU.

Segundo comunicado dos Vereadores, na sessão que contou com a moderação do vereador Ricardo Clemente, foram apontadas responsabilidades, "sem deixar de apresentar diversas pistas de atuação para se delinear uma estratégia de intervenção integrada para a região".

Foi referido que, apesar dos números estarem consolidados, "é preciso estar alerta aos sinais de abrandamento sem, no entanto, deixar de valorizar e defender o nosso produto".

Seguiu-se um debate com diversas intervenções do público, em que no final, o vereador Victor Ferraz fez uma resenha das intervenções, resumindo algumas ideias chave como o orgulho na sua região, na sua terra, preocupação pelas alterações climáticas, atenção aos sinais de alerta externos e internos, qualificação dos trabalhadores, apostando, para além da competência na humanização, definição de uma estratégia de médio longo prazo, mas participada, necessidade de uma intervenção integrada na região, responsabilização política ao nível local e nacional, com defesa intransigente dos interesses da região pelos seus eleitos e intervenções efetivas no terreno na execução das mudanças necessárias.

Os organizadores do colóquio prometem ainda formalizar um relatório final, que será remetido a diversas entidades responsáveis, bem como ao público em geral.



ID: 82479953

14-09-2019

ALBUFEIRA

41 traficantes detidos este verão pela GNR

DROGA ➤ Guarda apreendeu 1341 doses de vários tipos de estupefacientes, entre junho e agosto
TRÂNSITO ➤ No mesmo período, foram fiscalizados 1600 condutores, dos quais 118 ficaram detidos

ANA PALMA

A GNR deteve este verão um total de 41 traficantes de droga em Albufeira. Os dados foram revelados ontem pelo Comando Territorial de Faro, que fez um balanço da sua atuação durante a época alta naquela que é principal zona turística do Algarve.

Além dos detidos por tráfico, foram ainda identificados, entre o início de junho e o final de agosto, 66 indivíduos por posse de droga. A GNR apreendeu

109 INFRAÇÕES FORAM DETETADAS NO CONCELHO A NÍVEL ECONÓMICO

1341 doses de estupefacientes (718 de haxixe, 558 de cocaína, 42 de MDMA, 14 de liamba e nove de heroína).

Os militares efetuaram ainda duas detenções por posse de arma proibida, uma por contrafação e outra por falsificação de título de condução estrangeiro, para que um menor pudesse adquirir bebidas alcoólicas.

No que toca ao trânsito, a GNR fiscalizou, 1600 condutores, dos quais 96 acusaram excesso



GNR fez o balanço da sua atividade durante os meses de verão no principal destino turístico do Algarve

de álcool - 44 acabaram detidos por acusarem taxa-crime. Foram ainda apanhados 74 condutores sem carta.

No que diz respeito às atividades económicas, os militares detetaram 109 infrações, com

destaque para 42 por venda ambulante ilegal, 38 por funcionamento fora do horário permitido, seis por distribuição não autorizada de publicidade, quatro por realização de eventos sem licença na rua, dois por

falta de afixação de horário e ainda um por não ter afixada a proibição de venda de álcool a menores. Foram registadas, entre outras, 10 infrações por venda de bebidas alcoólicas e 16 por excesso de ruído. ●

Hotelaria e AL pedem descentralização do turismo

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	16/09/2019
Melo:	Vida Imobiliária Online	Autores:	Ana Maria Tavares

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=7919fdb4>

A descentralização da oferta e a criação de novos polos turísticos, sobretudo em Lisboa, deve ser assegurada para uma melhor gestão dos fluxos turísticos, defendem as associações da hotelaria e do alojamento local.

Cristina Siza Vieira, presidente executiva da AHP, propõe uma melhor distribuição da oferta turística, e comenta em declarações ao Público que não é uma questão de controlo, de medidas de contenção, de quotas, de proibir, é uma questão de disciplinar, regular, melhorar as acessibilidades e a mobilidade dentro desta grande área metropolitana .

Em Lisboa, por exemplo, defende a implementação de uma bilhética combinada, por forma a encontrar mais pretextos para estender a visita para lá daquilo que é o nicho histórico . É apenas um exemplo de medidas que podem combater não só a pressão sobre a habitação, mas também contribuir para a qualidade da experiência turística. A certa altura (...) é uma questão de a própria experiência para o turista ser uma experiência já negativa, portanto é mau para o destino, é mau para o turista e a médio prazo não há destino que aguente , defende.

Desafio é "gerir melhor as zonas onde há mais concentração"

No mesmo sentido, Eduardo Miranda, presidente da ALEP, acredita que o grande desafio é gerir as zonas onde há mais concentração, porque pouca coisa, muito pouca coisa tem sido feita na gestão .

Este responsável aponta a gestão dos fluxos como uma hipótese interessante , além de horários para determinadas atrações pré-marcadas onde se distribuiu melhor o fluxo , além da criação de novas atrações turísticas. E defende o investimento na descentralização: uma das estratégias da Entidade Regional de Turismo de Lisboa é descentralizar, é levar os turistas também para as outras áreas da própria região de Lisboa e não só em Lisboa .

Ana Tavares

Portugal capta mais 7% de turistas até julho

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	16/09/2019
Melo:	Dinheiro Vivo Online	Autores:	Ana Laranjeiro

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=174c5c2c>

Nos sete primeiros meses do ano, a hotelaria e outros alojamentos tiveram quase 15 milhões de hóspedes, o que representa um crescimento de 7%.

Mais hóspedes e mais dormidas. Nos primeiros sete meses deste ano, a hotelaria e outros alojamentos registaram um crescimento tanto no número de hóspedes como de dormidas. Foram 14,9 milhões de hóspedes que passaram pelas unidades de alojamento nacionais - mais 7,2% que de janeiro a julho do ano passado. Destes quase 15 milhões de pessoas, mais de nove milhões são turistas estrangeiros, de acordo com os dados revelados esta segunda-feira, 16 de setembro pelo INE. Quanto às dormidas, registou-se uma subida de 4,2% até julho, para um total 38,7 milhões. Os turistas de fora do país foram os que mais pernoveram na hotelaria e outros alojamentos.

Olhando apenas para o mês de julho, o número de hóspedes aumentou 5,4% face ao período homólogo para mais de 2,8 milhões de pessoas, das quais 1,7 milhões eram não residentes. As dormidas subiram mas apenas 2,2% face ao período homólogo para 8,1 milhões.

Britânicos crescem

O Reino Unido é o principal mercado emissor de turistas para Portugal. Nos primeiros sete meses do ano, estiveram em Portugal 1,2 milhões de hóspedes desta nacionalidade, mais 68 mil que no mesmo período de 2018, ano em que a concorrência do norte de África e a desvalorização da libra, devido às incertezas associadas à saída do Reino Unido da União Europeia, penalizaram a captação destes turistas para Portugal. Até julho, os britânicos foram responsáveis por 5,3 milhões de dormidas, perto de mais 78 mil que nos sete primeiros meses do ano passado.

O número de turistas brasileiros e norte-americanos a visitar o país continua a crescer. Foram 1,6 milhões de brasileiros até julho, mais 194 mil. Provenientes dos Estados Unidos foram 1,4 milhões de hóspedes, mais 235 mil pessoas.

O número de chineses a conhecer Portugal também está em crescimento. Até julho, visitaram o país 225 mil turistas, mais 34 mil.

Estada e proveitos

A estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico, em julho, sofreu uma redução de 3% para 2,89 noites. Os dados do INE indicam que a estada média dos turistas nacionais decresceu 1,9% e a dos não residentes recuou 3,6%. "Neste mês, este indicador registou aumentos apenas no Norte (+1,2%) e Região Autónoma dos Açores (+1,0%). As maiores reduções verificaram-se no Algarve (-4,4%) e Área Metropolitana de Lisboa (-3,0%). Na Região Autónoma da Madeira e no Algarve as estadas médias atingiram 5,24 noites e 4,54 noites, respetivamente".

Por outro lado, os proveitos totais atingiram 537,8 milhões de euros, o que fica acima dos 506,3 milhões registados em julho do ano passado. Os proveitos de aposento também subiram. Em julho,

alcançaram os 417,6 milhões de euros.

Os dados do INE mostram ainda que, no conjunto dos estabelecimentos de alojamento turístico, o rendimento médio por quarto disponível (RevPAR) situou-se em 70,9 euros em julho, um ligeiro aumento de 0,7%. "No Algarve, este indicador ascendeu a 102,4 euros, seguindo-se a AM Lisboa (88,3 euros). Neste indicador, realça-se o crescimento no Norte (+9,9%)".

Partilhe esta notícia

Ana Laranjeiro

Turismo: Portugal entrou no verão em ritmo desacelerado

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	16/09/2019
Melo:	Jornal Económico Online (O)	Autores:	Sónia Bexiga

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=7d640aec>

Em julho, considerando a globalidade dos meios de alojamento (estabelecimentos de alojamento turístico, campismo e colónias de férias e pousadas da juventude), registaram-se 3,2 milhões de hóspedes e 9,5 milhões de dormidas, correspondendo a crescimentos de 4,1% e 0,9%, respetivamente.

O setor do alojamento turístico, em julho último, registou 2,8 milhões de hóspedes e 8,2 milhões de dormidas, correspondendo a aumentos de 5,4% e 2,2%, respetivamente, sendo de destacar que no mês anterior as subidas foram de 10,0% e 6,1%, pela mesma ordem, segundo a análise do Instituto Nacional de Estatística (INE), divulgada esta segunda-feira, dia 16.

A desaceleração, transversal a todos os índices, marca também a evolução das receitas que atingiram 537,8 milhões de euros no total e 417,6 milhões de euros relativamente a aposento, revelando crescimentos de 6,2% e 5,1%, respetivamente, que comparam com aumentos de 11,8% e 12,7%, registados no mês precedente.

Particularmente sobre as dormidas na hotelaria (82,2% do total) foi apurado um ligeiro aumento de 0,8%, enquanto as dormidas nos estabelecimentos de alojamento local (peso de 14,5% no total) cresceram 11,4% e as de turismo no espaço rural e de habitação (quota de 3,2%) aumentaram 2,0%.

Destaque ainda para a estada média (2,89 noites) que reduziu 3,0% (recuando 1,9% nos residentes e 3,6% nos não residentes) e para a taxa de ocupação (60,0%) recuou 1,7 p.p. (tendo registado um aumento de 0,3 p.p. em junho).

Brasileiros e chineses fazem a diferença mas americanos estão na corrida

Em julho, o mercado interno contribuiu com 2,5 milhões de dormidas, o que se traduziu num aumento de 2,7%, muito aquém dos 12,0% registados em junho. Já as dormidas dos mercados externos (com um peso de 69,4% em julho) cresceram 2,0% e atingiram 5,7 milhões (em junho o aumento foi de 3,7%).

Os mercados brasileiro e norte americano (quotas de 5,9% e 5,7%, respetivamente) aumentaram 18,3% e 10,3% em julho, pela mesma ordem, tendo registado aumentos de 13,0% e 19,0% em termos acumulados no ano. São também de salientar os aumentos nos mercados chinês, que cresceu 15,6% e irlandês com subida de 11,7%.

Segundo o INE, os dezasseis principais mercados emissores representaram 87,2% das dormidas de não residentes nos estabelecimentos de alojamento turístico em julho. O mercado britânico (19,3% do total) registou um ligeiro aumento em julho, na ordem dos 0,7%. Desde o início do ano, este mercado aumentou 1,5%.

As dormidas de hóspedes espanhóis (12,1% do total) cresceram 7,6% em julho e 8,4% desde janeiro. O mercado alemão (10,0% do total), com diminuições desde fevereiro, apresentou uma redução de

3,8% em julho, tendo recuado 6,2% desde o início do ano. As dormidas de hóspedes franceses (8,4% do total) recuaram ligeiramente em julho (0,6%). No conjunto dos primeiros sete meses do ano, este mercado diminuiu 2,6%.

Ler mais

Sónia Bexiga

Receltas do turismo com quebra de 4% na Madeira

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	16/09/2019
Melo:	Jornal Económico Online (O)	Autores:	Ruben Pires

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=b9b23778>

O turismo da Madeira teve quebras ainda no rendimento médio por quarto e também no proveito de aposento por quarto utilizado.

Em julho o turismo da Madeira registou uma descida de 2,7% nas dormidas, para as 816 mil, e uma quebra de 4% nas receitas totais, para os 41,1 milhões de euros, face ao período homólogo, de acordo com os dados da Direcção Regional de Estatística (DREM).

No acumulado do ano verifica-se quebras nas dormidas e nos proveitos totais que chegam a 2,5% e 4,7%.

Nos mercados emissores verificou-se descidas de 16,4% e de 2,6% na Grã-Bretanha e na Alemanha, enquanto que em França assistiu-se a uma subida de 3,3%.

A hotelaria foi responsável por 81,2% das dormidas, uma quebra de 4,7%, enquanto que o alojamento local cresceu 6,9%, e já representada 16,7% das dormidas registadas na região.

Em julho o rendimento médio por quarto (RevPAR) fixou-se em 50,66 euros. Na hotelaria houve uma quebra de 8,2% no RevPAR, para os 55,18 euros.

Já o proveito de aposento por quarto utilizado (ADR) desceu 0,9% para os 75,35 euros.

Ler mais

Ruben Pires

Número de turistas alemães está a cair 7%

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 16/09/2019

Melo: Negócios Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=f788f696>

Depois da quebra nos turistas britânicos em 2018, há agora uma nacionalidade a preocupar Portugal. Os receios de uma nova crise na Alemanha já se fazem sentir na procura de turistas, reconhece o líder da CTP.

Turistas dos EUA, China e Brasil sustentam crescimento do turismo em Portugal

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	16/09/2019
Melo:	Negócios Online	Autores:	Tiago Varzim

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=46080db8>

Os dados do INE até julho permitem concluir que, entre os turistas estrangeiros, são os que chegam dos EUA, China e Brasil que mais crescem desde o início do ano.

Os turistas norte-americanos, chineses e brasileiros são os que mais crescem em termos percentuais entre janeiro e julho de 2019, face ao mesmo período de 2018, segundo os dados divulgados esta segunda-feira, 16 de setembro, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). No total, o número de turistas está a crescer 7,2%.

A história do turismo português em 2019 é marcada sobretudo pelo crescimento percentual superior do mercado interno, ou seja, da maior procura turística por parte dos residentes. Os hóspedes residentes em Portugal cresceram 8,2% até julho, o que corresponde a mais de um milhão.

Continuar a lerContudo, apesar de em termos percentuais a subida ser mais baixa (6,6%), os hóspedes não residentes continuam a representar a maior parte dos turistas em Portugal e, em termos nominais, representam uma subida maior, aproximando-se de quase dois milhões.

Olhando apenas para o mês de julho, segundo o INE, "Brasil e Espanha contribuíram com cerca de 90% para o acréscimo no número de dormidas de não residentes". Só nesse mês, comparando com o mesmo mês de 2018, as dormidas dos turistas brasileiros cresceram 18,3% e os espanhóis 7,6%.

No acumulado do ano, em termos percentuais, o destaque vai também para o Brasil, ao qual se junta os EUA e a China. As dormidas dos turistas norte-americanos crescem 19% desde janeiro, os turistas chineses 16% e os turistas brasileiros 13%.

No mercado europeu, o destaque vai para os italianos com um crescimento acumulado de 10,2%, os espanhóis com 8,4% e os irlandeses com 7,2%. Nota ainda para o mercado do Reino Unido, um dos mais importantes, que está a crescer 1,5%, escapando para já à incerteza criada pelo Brexit.

Porém, é também do mercado da União Europeia que chegam as piores notícias para o turismo português. O mercado alemão, que representa 10% do total de turistas não residentes que chegam a Portugal, está a cair 6,2% desde janeiro, a segunda queda entre os principais 16 mercados emissores, apenas superado pela Holanda (-7,6%). Segue-se a Bélgica (-5,6%), a Suécia (-3,2%) e a França (-2,8%).

Norte destaca-se. Madeira com a única descida

"Desde o início do ano, o realce vai para os acréscimos apresentados pelo Norte (+10,3%) e Alentejo (+9,5%)", assinala o INE no destaque publicado hoje. No caso do Norte, são os turistas não residentes que estão a puxar pelo turismo (+12,1%), aproximando-se dos valores que a Madeira tem de estrangeiros.

No caso do Alentejo, a história é outra. São os residentes em Portugal que estão a rumar ao Alentejo para as férias com esse segmento a crescer 15,1% desde o início do ano. Já o número de não

residentes que vai para o Alentejo está inalterado face ao mesmo período do ano passado.

Todas as restantes regiões estão também a registar crescimentos, sendo a Madeira a exceção. O arquipélago está a conseguir captar mais turistas portugueses, mas estes representam pouco do total. É a queda de 4,4% nos turistas não residentes, que representam a maior fatia, que está a afetar o turismo madeirense até julho.

Apesar da subida do Norte e do Alentejo, o Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa continuam a ser os principais destinos de quem vem para Portugal. Por municípios, Lisboa capta um quinto das dormidas (20,3%) entre janeiro e julho, seguindo-se Albufeira com 12,3% e o Funchal com 7,6%. O Porto fica em quarto lugar com 6,4%.

Tiago Varzim

Turismo abranda em julho. Nórdicos procuram menos Portugal

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	16/09/2019
Melo:	ECO - Economia Online	Autores:	Filipe Paiva Cardoso

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=436daaab>

Crescimento do alojamento turístico trava com cada vez menos turistas alemães, holandeses, suecos ou dinamarqueses a visitar Portugal, mostram dados do INE. Madeira intensifica quebra na procura.

O setor do alojamento turístico em Portugal contou com 2,8 milhões de hóspedes, responsáveis por 8,2 milhões de dormidas, em julho de 2019, números que representam um crescimento de 5,4% e 2,2%, respetivamente, e que comparam com as evoluções de 10% e 6,1% registadas em junho, segundo dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística esta segunda-feira, com o organismo a salientar o "abrandamento no ritmo de crescimento da atividade de alojamento turístico" no período.

Contabilizando as estadias em hotéis, apart-hotéis, apartamentos e aldeamentos turísticos, pousadas, quintas, alojamentos locais ou turismos rurais ao longo do mês de julho, o INE salienta que se registou nesse mês uma redução de 3% na estada média dos turistas, sobretudo à conta dos visitantes não residentes (-3,6%), destacando igualmente uma quebra na taxa líquida de ocupação, que se ficou pelos 60%, menos 1,7 p.p. face a julho de 2018, isto quando em junho a variação homóloga tinha mostrado uma ligeira melhoria de 0,3 p.p..

À boleia do recuo nas estadas médias de turistas, também a evolução dos proveitos abrandou em julho, crescendo 6,2% contra os 11,8% de junho, "atingindo 537,8 milhões de euros". Com estadas mais curtas e taxas de ocupação mais reduzidas, o "rendimento médio por quarto disponível" e "por quarto ocupado" também sofreram, evoluindo apenas 0,7% no primeiro caso, valor que compara com o salto de quase 7% registado em junho, e 1,2% no segundo caso - contra 6,2% em junho.

Em relação a tipologias, o INE aponta que "as dormidas na hotelaria (82,2% do total) registaram um ligeiro aumento de 0,8% em julho. As dormidas nos estabelecimentos de alojamento local (peso de 14,5% no total) cresceram 11,4% e as de turismo no espaço rural e de habitação (quota de 3,2%) aumentaram 2%".

Cada vez menos nórdicos em Portugal

Os 2,8 milhões de hóspedes contabilizados nos diversos destinos portugueses no mês de julho representaram um crescimento de 5,4% face a julho de 2018, salto para o qual foram especialmente importantes os visitantes residentes no estrangeiro, que aumentaram 5,8%, ainda que também seja de salientar a subida de residentes em Portugal registados em alojamentos turísticos em julho - cresceram 4,7%.

Mas apesar do crescimento no total de visitantes estrangeiros em julho, os dados do INE evidenciam um crescente desinteresse por parte de alguns mercados europeus face ao 'destino Portugal'. O mercado alemão, responsável por 10% dos turistas que visitam Portugal, prolongou a tendência de decréscimo em julho, com menos 3,8% de visitantes - alargando a quebra para 6,2% entre janeiro e julho -, sendo também de destacar a quebra de turistas oriundos dos Países Baixos, que se acentuou em julho, para -8,7%, valor que no acumulado do ano está em -7,6%.

Além destes dois mercados emissores, também há cada vez menos turistas belgas a procurar Portugal (-8,1% em julho, -5,4% no total do ano), assim como suíços (-1,9% e -1,7%), suecos (-11,5% e -3,2%) ou dinamarqueses (-7,1% e -2,1%), tudo mercados onde o poder de compra é superior à média europeia.

Em sentido contrário, destaca o INE, evoluíram os mercados brasileiro, norte-americano e chinês. No caso dos dois primeiros, registaram-se subidas de 18,3% e 10,3%, respetivamente, com estes dois países a responderem agora por 5,9% e 5,7% do total, e acumulando subidas de 13% e 19% entre janeiro e julho. "São também de salientar os aumentos em julho nos mercados chinês (+15,6%) e irlandês (+11,7%)", sublinha o INE.

Norte destaca-se em julho, Madeira intensifica quebra

Em termos regionais, o INE salienta que todas as regiões do país tiveram aumentos na procura de dormidas à exceção da região autónoma da Madeira, onde o total de dormidas em julho caiu 4,1% face ao mesmo mês do ano passado, com o arquipélago a assistir assim a uma intensificação da quebra que já vem sentindo este ano. Em sentido contrário, o Alentejo (+3,3%) e a área metropolitana de Lisboa e a região autónoma dos Açores (ambas com +2,3%) foram quem registou as maiores subidas em julho.

Ao todo, e entre janeiro e julho, Portugal registou 38,7 milhões de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico, mais 4,2% que nos primeiros sete meses de 2018, com todas as regiões a contabilizarem crescimentos na procura à exceção da Madeira, que desde o início do ano acumula uma quebra de 3,4% no total de dormidas, com cada vez menos visitantes não residentes em Portugal - menos 4,4% desde janeiro.

Segundo o INE, no total de dormidas registadas em julho 16,3% concentraram-se em Lisboa, o que denota uma tendência para um menor centralismo da capital nesse mês, já que no total do ano Lisboa concentra 20% das dormidas. Lado a lado com os números da capital fica Albufeira, que em julho respondeu por 15% das dormidas registadas.

Na análise mais global aos sete primeiros meses do ano, o INE aponta que a hotelaria foi o segmento que tem vindo a registar o crescimento mais contido em termos de dormidas, com apenas mais 2,5%, valor que compara com a subida de 15,2% no alojamento local e de 7,5% no turismo rural e de habitação. Já os "designados como hostel", aponta o instituto, estão a registar um crescimento de 25,4%. Ainda assim, os hotéis ainda respondem por mais de 80% das dormidas de visitantes.

"No segmento do alojamento local, desde o início do ano, a AM Lisboa concentrou 38,7% das dormidas, seguindo-se o Norte (quota de 21,2%). No que respeita ao turismo no espaço rural e de habitação, o Norte concentrou 29,6% das dormidas totais nos primeiros sete meses do ano, seguindo-se o Alentejo (24,3%) e o Centro (20,8%)", detalha ainda ao INE.

Filipe Paiva Cardoso

INE: Abrandamento no ritmo de crescimento da atividade de alojamento turístico

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 16/09/2019

Melo: Ambitur Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=6c1b8ea9>

O INE divulgou hoje os dados relativos à atividade turística ao longo do mês de julho de 2019. O setor do alojamento turístico registou 2,8 milhões de hóspedes e 8,2 milhões de dormidas em julho, correspondendo a variações de +5,4% e +2,2%, respetivamente (+10,0% e +6,1% em junho, pela mesma ordem). As dormidas de residentes cresceram 2,7% (+12,0% em junho) e as de não residentes aumentaram 2,0% (+3,7% no mês anterior). Brasil e Espanha contribuíram com cerca de 90% para o acréscimo no número de dormidas de não residentes.

Em julho de 2019, a estada média (2,89 noites) reduziu-se 3,0% (-1,9% nos residentes e -3,6% nos não residentes). A taxa líquida de ocupação (60,0%) recuou 1,7 p.p. (+0,3 p.p. em junho). Os proveitos totais aumentaram 6,2% (+11,8% em junho), atingindo 537,8 milhões de euros. Os proveitos de aposento (417,6 milhões de euros) cresceram 5,1% (+12,7% no mês precedente).

O rendimento médio por quarto disponível (RevPAR) situou-se em 70,9 euros (+0,7%, +6,9% no mês anterior) e o rendimento médio por quarto ocupado (ADR) também desacelerou, correspondendo a 107,6 euros (+1,2%, +6,2% no mês anterior).

Hóspedes e dormidas com abrandamento

Em julho de 2019, o setor do alojamento turístico registou 2,8 milhões de hóspedes, que proporcionaram 8,2 milhões de dormidas, refletindo-se em variações de +5,4% e +2,2%, respetivamente (+10,0% e +6,1% em junho, pela mesma ordem). As dormidas na hotelaria (82,2% do total) registaram um ligeiro aumento de 0,8% em julho. As dormidas nos estabelecimentos de alojamento local (peso de 14,5% no total) cresceram 11,4% e as de turismo no espaço rural e de habitação (quota de 3,2%) aumentaram 2,0%.

Mercados interno e externos com evoluções semelhantes

Em julho, o mercado interno contribuiu com 2,5 milhões de dormidas, o que se traduziu num aumento de 2,7% (+12,0% em junho). As dormidas dos mercados externos (peso de 69,4% em julho) cresceram 2,0% (+3,7% em junho) e atingiram 5,7 milhões. Nos primeiros sete meses do ano, as dormidas aumentaram 4,2%, com contributos positivos quer dos residentes (+7,6%), quer dos não residentes (+2,9%).

Mercados brasileiro e chinês destacaram-se com os maiores crescimentos em julho

Os dezasseis principais mercados emissores representaram 87,2% das dormidas de não residentes nos estabelecimentos de alojamento turístico em julho. O mercado britânico (19,3% do total das dormidas de não residentes em julho) registou um ligeiro aumento em julho (+0,7%). Desde o início do ano, este mercado aumentou 1,5%. As dormidas de hóspedes espanhóis (12,1% do total) cresceram 7,6% em julho e 8,4% desde janeiro.

O mercado alemão (10,0% do total), com diminuições desde fevereiro, apresentou uma redução de 3,8% em julho, tendo recuado 6,2% desde o início do ano. As dormidas de hóspedes franceses (8,4%

do total) recuaram ligeiramente em julho (-0,6%). No conjunto dos primeiros sete meses do ano, este mercado diminuiu 2,6%.

Os mercados brasileiro e norte americano (quotas de 5,9% e 5,7%, respetivamente) aumentaram 18,3% e 10,3% em julho, pela mesma ordem, tendo registado aumentos de 13,0% e 19,0% em termos acumulados no ano. São também de salientar os aumentos em julho nos mercados chinês (+15,6%) e irlandês (+11,7%). Desde o início do ano, destacou-se especialmente o mercado norte americano, já referido, bem como o chinês (+16,0%).

No mês de julho contabilizou-se um acréscimo de 111,6 mil dormidas de hóspedes provenientes de países estrangeiros, comparativamente com igual mês do ano anterior. Para este acréscimo, destacaram-se os contributos do Brasil (46,3%), Espanha (43,5%), Irlanda (27,6%) e EUA (26,8%).

Dormidas no Norte destacaram-se em julho

Em julho, registaram-se aumentos das dormidas em todas as regiões com exceção da RA Madeira (-4,1%). O Norte destacou-se com um crescimento de 11,8%, salientando-se também os acréscimos registados no Alentejo (+3,3%), AM Lisboa e RA Açores (+2,3% em ambas as regiões). O Algarve concentrou 36,8% das dormidas registadas no país neste mês, seguindo-se a AM Lisboa (quota de 22,6%).

Desde o início do ano, o realce vai para os acréscimos apresentados pelo Norte (+10,3%) e Alentejo (+9,5%). As dormidas de residentes apresentaram, em julho, aumentos em todas as regiões com exceção do Algarve (-0,8%). Os maiores aumentos registaram-se no Alentejo (+6,4%), Norte e RA Açores (+5,9% em ambas as regiões). Desde o início do ano, o realce vai para o Alentejo (+15,1%) e RA Açores (+11,5%).

Em julho, em termos de dormidas de não residentes, destacou-se o crescimento no Norte (+15,6%) e na AM Lisboa (+2,4%). No conjunto dos primeiros sete meses do ano, o realce vai também para o Norte (+12,1%) e AM Lisboa (+4,7%).

Lisboa concentrou 1/5 das dormidas em Portugal desde o início do ano

A Lisboa corresponderam 16,3% do total das dormidas em julho, quota que sobe para 20,2% no período de janeiro a julho. Neste período acumulado, as dormidas de não residentes representaram 83,7% do total de dormidas no município, tendo concentrado 23,9% do total das dormidas no país por parte de não residentes.

Albufeira apresentou pesos de 15,0% nas dormidas em julho e de 12,3% no conjunto dos primeiros sete meses do ano, verificando-se que, neste período, as dormidas de não residentes representaram 80,1% do total neste município e corresponderam a 13,9% do total nacional de dormidas de não residentes.

O Funchal representou 5,6% das dormidas totais em julho e 7,6% desde o início do ano, período em que 89,7% das dormidas foram de não residentes. No Porto registaram-se 5,6% das dormidas totais em julho e 6,4% do total desde o início do ano. Os não residentes representaram 82,1% das dormidas registadas no conjunto dos primeiros sete meses do ano.

De janeiro a julho, entre os municípios mais representativos no total nacional, Matosinhos sobressaiu com a maior quota de residentes (61,2%), seguindo-se Braga (53,0%). Neste período, os não residentes foram especialmente predominantes (92,8%) no município de Santa Cruz (RA Madeira).

Algarve registou 1/3 das dormidas na hotelaria nos primeiros sete meses do ano

Nos primeiros sete meses de 2019, as dormidas na hotelaria (83,3% do total) registaram um aumento

de 2,5%, inferior aos demais segmentos: +15,2% no alojamento local (quota de 14,1%) e +7,5% no turismo no espaço rural e de habitação (que representou 2,5% do total). Os estabelecimentos designados como hostel registaram um aumento de 25,4% nas dormidas nos primeiros sete meses do ano, tendo representado 23,2% das dormidas em alojamento local e 3,3% das dormidas totais neste período.

Relativamente ao segmento da hotelaria, o Algarve representou 33,2% das dormidas desde o início do ano, secundado pela AM Lisboa, com uma quota de 25,5%. No segmento do alojamento local, desde o início do ano, a AM Lisboa concentrou 38,7% das dormidas, seguindo-se o Norte (quota de 21,2%). No que respeita ao turismo no espaço rural e de habitação, o Norte concentrou 29,6% das dormidas totais nos primeiros sete meses do ano, seguindo-se o Alentejo (24,3%) e o Centro (20,8%).

Ao nível do município, na hotelaria, Lisboa, Albufeira e Funchal destacaram-se com quotas de 19,0%, 14,4% e 8,4%, respetivamente, no período de janeiro a julho. No caso do alojamento local, Lisboa e Porto representaram 31,0% e 11,8% do total de dormidas, respetivamente.

Relativamente a dormidas em hostel, verifica-se que desde janeiro a AM Lisboa concentrou 51,3% do total no país, com destaque para o município de Lisboa (42,6% do total nacional), sendo ainda de referir o Norte (23,8%), e em particular o município do Porto (16,5% do total nacional).

Estada média reduziu-se

Em julho, a estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico (2,89 noites) reduziu-se 3,0%. A estada média dos residentes decresceu 1,9% e a dos não residentes recuou 3,6%. Neste mês, este indicador registou aumentos apenas no Norte (+1,2%) e RA Açores (+1,0%). As maiores reduções verificaram-se no Algarve (-4,4%) e AM Lisboa (-3,0%). Na RA Madeira e no Algarve as estadas médias atingiram 5,24 noites e 4,54 noites, respetivamente.

Taxa de ocupação com diminuição

A taxa líquida de ocupação-cama nos estabelecimentos de alojamento turístico (60,0%) recuou 1,7 p.p. em julho (+0,3 p.p. em junho). As taxas de ocupação mais elevadas registaram-se no Algarve (71,6%) e na AM Lisboa (65,9%).

Proveitos em desaceleração

Em julho, os proveitos registados nos estabelecimentos de alojamento turístico atingiram 537,8 milhões de euros no total e 417,6 milhões de euros relativamente a aposento, desacelerando para crescimentos de 6,2% e 5,1%, respetivamente (+11,8% e +12,7% em junho, pela mesma ordem). Em termos de evolução dos proveitos nas várias regiões, em julho, sobressaiu notoriamente o Norte (+20,0% nos proveitos totais e +18,7% nos de aposento).

Em julho, a evolução dos proveitos foi positiva nos três segmentos de alojamento. Na hotelaria, os proveitos totais e de aposento (peso de 87,5% e 86,2% no total do alojamento turístico, respetivamente) aumentaram 4,3% e 3,3%, pela mesma ordem. Considerando as mesmas variáveis, os estabelecimentos de alojamento local (quotas de 9,6% e 10,7%) destacaram-se com aumentos de 27,4% e 22,7%, respetivamente, enquanto no turismo no espaço rural e de habitação (representatividade de 2,9% e 3,1%) se observaram subidas de 7,8% e 5,8%, pela mesma ordem.

No conjunto dos estabelecimentos de alojamento turístico, o rendimento médio por quarto disponível (RevPAR) situou-se em 70,9 euros em julho, o que correspondeu a um ligeiro aumento de 0,7% (+6,9% em junho). No Algarve, este indicador ascendeu a 102,4 euros, seguindo-se a AM Lisboa (88,3 euros). Neste indicador, realça-se o crescimento no Norte (+9,9%).

A variação do RevPAR em julho situou-se em +1,4% na hotelaria, +6,4% no alojamento local e -2,8%

no turismo no espaço rural e de habitação.

No conjunto dos estabelecimentos de alojamento turístico, o rendimento médio por quarto ocupado (ADR) atingiu 107,6 euros em julho, o que se traduziu num aumento de 1,2% (+6,2% em junho). No Algarve o ADR foi 136,2 euros (+4,4%), seguindo-se a AM Lisboa, onde atingiu 115,9 euros (-2,5%).

Parques de campismo e colónias de férias

Em julho de 2019, os parques de campismo receberam 346,8 mil campistas (-4,7%) que proporcionaram 1,2 milhões de dormidas (-6,5%). Para a redução das dormidas contribuíram quer o mercado interno (-4,5%), quer os mercados externos (-11,2%). As dormidas de residentes predominaram, representando 71,8% do total. A estada média (3,46 noites) recuou 1,9%.

As colónias de férias e pousadas da juventude registaram 40,9 mil hóspedes (-1,5%) e 105,5 mil dormidas (-4,9%). As dormidas de residentes (quota de 72,1%) registaram um decréscimo de 3,9% e as de não residentes recuaram 7,2%. A estada média (2,58 noites) decresceu 3,4%.

Mês de férias no Brasil ´dá´ mais 51,7 mil dormidas ao alojamento turístico português

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 16/09/2019

Melo: Presstur Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=418b22d2>

16-09-2019 (14h19)

Gráfico: INE

Apesar das quebras de dormidas de nove dos 16 maiores emissores internacionais, a hotelaria portuguesa acabou Julho com mais 111,6 mil dormidas de turistas residentes no estrangeiros, graças nomeadamente ao aumento de 51,7 mil dormidas de residentes no Brasil, onde o mês de Julho é um dos mais fortes em turismo e viagens.

Dados publicados hoje pelo INE indicam que o alojamento turístico português somou 5,658 milhões de dormidas em Julho, que é um novo recorde para este mês, para o qual contaram principalmente o Brasil, com o maior aumento de todos os principais emissores internacionais, seguido por Espanha, com mais 48,5 mil pernoitas, Irlanda, com mais 30,8 mil, Estados Unidos, com mais 29,8 mil, Itália, com mais 13,6 mil, e China, com mais 7,3 mil, a que o conjunto dos outros emissores não especificados acrescentaram um aumento em 30 mil.

Ainda assim, o maior emissor para a hotelaria portuguesa em Julho manteve-se o Reino Unido, que é o único a ultrapassar o milhão de dormidas, com 1,089 milhões, que correspondem a 19,3% do total de dormidas de residentes no estrangeiro no mês.

Seguiu-se Espanha, com 12,1%, num total de 684 mil, à frente da Alemanha, com 10%, num total de 566 mil, e França, com 8,4%, num total de 472,5 mil.

O Brasil subiu a 5º maior emissor internacional, tendo ultrapassado pela primeira vez a marca de 300 mil pernoitas num mês, com 333,7 mil, equivalendo a 5,9% do total de pernoitas no mês, seguido pelos Estados Unidos, que pelo segundo mês consecutivo ultrapassou também as 300 mil pernoitas, com praticamente 320 mil (5,7% do total).

Depois veio o total de dormidas de residentes na Irlanda, com 294,4 mil (5,2% do total de pernoitas de turistas residentes no estrangeiro), que tal como Brasil e Estados Unidos ultrapassaram os Países Baixos, de onde a hotelaria portuguesa teve 278,2 mil dormidas em Julho, equivalendo a 4,9% do total do mês.

Seguiram-se as dormidas de residentes em Itália, com 3,1% do total de dormidas de residentes no estrangeiro, com 175,1

mil, Bélgica, com 3% (169,5 mil), Polónia, com 2,4% (135,9 mil), Suíça, com 2,2% (124 mil), Canadá, com 1,8% (104,6 mil), Dinamarca, com 1,3% (73 mil), Suécia, com 1% (57,7 mil), e China, também com 1% do total (54,5 mil pernoitas em Julho).

O conjunto de mercados não especificados somou 724,5 mil dormidas em Julho, representando 12,8% do total de dormidas de turistas residentes no estrangeiro neste mês.

A informação do INE permite verificar que em Julho deste ano diminuiu 'o peso' dos mercados internacionais nas dormidas no alojamento turístico português, de 69,6% em Julho de 2018 para 69,4% este ano.

Consequentemente, o mercado dos residentes em Portugal foi mais relevante, com um total de 2,49 milhões de pernoitas no alojamento turístico, +2,7% ou mais 65,2 mil que no mês homólogo de 2018.

crescimento turístico desacelera e AL com mais dormidas

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 16/09/2019

Melo: Publituris Hotelaria Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=ebaedc85>

No total, foram contabilizados 2,8 milhões de hóspedes (+5,4%) e 8,2 milhões de dormidas, um crescimento inferior face a junho

O crescimento da atividade do alojamento turístico arrefeceu em julho. No total, foram contabilizados 2,8 milhões de hóspedes (+5,4%) e 8,2 milhões de dormidas (+2,2), uma subida inferior face aos valores registados em junho (+10,0% e +6,1% pela mesma ordem), de acordo com os dados divulgados pelo INE esta segunda-feira, 16.

A hotelaria, que representa uma fatia de 82,2% do total de dormidas, viu as mesmas serem aumentadas em 0,8%. Salto maior foi dado nos estabelecimentos de Alojamento Local (AL), com um peso de 14,5% nas dormidas totais, e que subiram 11,4%. Já as dormidas referentes aos turismos no espaço rural e de habitação (peso de 3,2%) aumentaram 2%.

As dormidas de residentes cresceram 2,7% (+12,0% em junho) e as de não residentes aumentaram 2,0% (+3,7% no mês anterior). A estada média fixou-se em 2,89 noites registando também uma quebra de -1,9% nos residentes e -3,6% nos não residentes.

A taxa líquida de ocupação (60,0%) recuou 1,7 p.p. (+0,3 p.p. em junho). Contas feitas ao sétimo mês do ano, e os proveitos totais aumentaram 6,2% (+11,8% em junho), atingindo 537,8 milhões de euros. Os proveitos de aposento (417,6 milhões de euros) cresceram 5,1% (+12,7% no mês precedente).

"O rendimento médio por quarto disponível (RevPAR) situou-se em 70,9 euros (+0,7%, +6,9% no mês anterior) e o rendimento médio por quarto ocupado (ADR) também desacelerou, correspondendo a 107,6 euros (+1,2%, +6,2% no mês anterior)", adianta a nota informativa do INE.

Brasileiros e norte-americanos com maior crescimento

Nos dados conhecidos esta segunda-feira, estão em destaque as performances dos mercados brasileiro e norte americano (quotas de 5,9% e 5,7%, respetivamente) com aumentos de 18,3% e 10,3% em julho. Também as dormidas dos hóspedes chineses dispararam 15,6% e as dos irlandeses 11,7%.

Do outro lado, em queda estiveram o mercado alemão (-3,8%) e o francês (-0,6%).

"Os dezasseis principais mercados emissores representaram 87,2% das dormidas de não residentes nos estabelecimentos de alojamento turístico em julho", explica o INE.

Norte com boa performance

Em julho, registaram-se aumentos das dormidas em todas as regiões com exceção da RA Madeira (-4,1%). O Norte destacou-se com um crescimento de 11,8%, salientando-se também os acréscimos registados no Alentejo (+3,3%), AM Lisboa e RA Açores (+2,3% em ambas as regiões). O Algarve concentrou 36,8% das dormidas registadas no país neste mês, seguindo-se a AM Lisboa (quota de

22,6%).

Mercados brasileiro e norte americano em destaque no mês de julho

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 16/09/2019

Melo: Publituris Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=23c315b1>

O crescimento da atividade do alojamento turístico arrefeceu em julho. No total, foram contabilizados 2,8 milhões de hóspedes (+5,4%) e 8,2 milhões de dormidas (+2,2), uma subida inferior face aos valores registados em junho (+10,0% e +6,1% pela mesma ordem), de acordo com os dados divulgados pelo INE esta segunda-feira, 16.

A hotelaria, que representa uma fatia de 82,2% do total de dormidas, viu as mesmas serem aumentadas em 0,8%. Salto maior foi dado nos estabelecimentos de Alojamento Local (AL), com um peso de 14,5% nas dormidas totais, e que subiram 11,4%. Já as dormidas referentes aos turistas no espaço rural e de habitação (peso de 3,2%) aumentaram 2%.

As dormidas de residentes cresceram 2,7% (+12,0% em junho) e as de não residentes aumentaram 2,0% (+3,7% no mês anterior). A estada média fixou-se em 2,89 noites registando também uma quebra de -1,9% nos residentes e -3,6% nos não residentes.

A taxa líquida de ocupação (60,0%) recuou 1,7 p.p. (+0,3 p.p. em junho). Contas feitas ao sétimo mês do ano, e os proveitos totais aumentaram 6,2% (+11,8% em junho), atingindo 537,8 milhões de euros. Os proveitos de aposento (417,6 milhões de euros) cresceram 5,1% (+12,7% no mês precedente).

"O rendimento médio por quarto disponível (RevPAR) situou-se em 70,9 euros (+0,7%, +6,9% no mês anterior) e o rendimento médio por quarto ocupado (ADR) também desacelerou, correspondendo a 107,6 euros (+1,2%, +6,2% no mês anterior)", adianta a nota informativa do INE.

Brasileiros e norte-americanos com maior crescimento

Nos dados conhecidos esta segunda-feira, estão em destaque as performances dos mercados brasileiro e norte americano (quotas de 5,9% e 5,7%, respetivamente) com aumentos de 18,3% e 10,3% em julho. Também as dormidas dos hóspedes chineses dispararam 15,6% e as dos irlandeses 11,7%.

Do outro lado, em queda estiveram o mercado alemão (-3,8%) e o francês (-0,6%).

"Os dezasseis principais mercados emissores representaram 87,2% das dormidas de não residentes nos estabelecimentos de alojamento turístico em julho", explica o INE.

Norte com boa performance

Em julho, registaram-se aumentos das dormidas em todas as regiões com exceção da RA Madeira (-4,1%). O Norte destacou-se com um crescimento de 11,8%, salientando-se também os acréscimos registados no Alentejo (+3,3%), AM Lisboa e RA Açores (+2,3% em ambas as regiões). O Algarve concentrou 36,8% das dormidas registadas no país neste mês, seguindo-se a AM Lisboa (quota de 22,6%)

Está quase aí o Algarve Nature Fest

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 14/09/2019

Melo: Sul Informação Online

URL: <https://www.sulinformacao.pt/2019/09/esta-quase-ai-o-algarve-nature-fest/>

Inauguração oficial é dia 20

Caminhadas, passeios guiados de bicicleta, stand up paddle e até uma volta de Caiaque. Está quase aí o Algarve Nature Fest, evento que se realiza nos dias 21 e 22 de Setembro, no Passeio Ribeirinho de Olhão.

Quem ainda não reservou as experiências, deve apressar-se a fazê-lo aqui pois muitas já estão esgotadas.

Caminhadas e passeios guiados de bicicleta são as atividades de inscrição prévia obrigatória ainda disponíveis por esta altura, entre as mais de 30 gratuitas agendadas.

Além destas, os visitantes do recinto podem aventurar-se diariamente no slide, numa parede de escalada, no surf mecânico, no stand up paddle, no tiro com arco, numa volta de caiaque, de segway, BTT ou em cima de bicicletas elétricas, todas em permanência no local, entre as 09h00 e as 19h00, sem necessidade de reserva. Para gostos mais enérgicos, haverá ainda air bungee e aulas de pump, zumba, step e SFXCore.

A inauguração oficial do Algarve Nature Fest acontece, no entanto, a 20 de Setembro, dia reservado aos alunos das escolas do segundo ciclo do Ensino Básico de Olhão que serão, por exemplo, desafiados a subir a bordo de um barco para pôr os olhos nas aves que sobrevoam a ria Formosa ou a fazer batismos de vela e de mergulho com empresas de animação turística locais.

Este momento conta com o apoio da Direção de Serviços da Região do Algarve da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, que ajudará a preparar as saídas de campo dos cerca de 300 alunos olhanenses.

A esta população estudantil destina-se também uma ação especial que sensibilizará para a importância da preservação e da correta fruição do património natural algarvio. Inserida no âmbito do projeto SustenTUR Algarve - preservação do património natural e cultural da região do Algarve, operação candidata à Linha de Apoio à Sustentabilidade do Programa Valorizar do Turismo de Portugal, a iniciativa transmitirá aos mais jovens os valores de conservação da diversidade biológica e paisagística da região.

Organizado pela Região de Turismo do Algarve em parceria com a Câmara Municipal de Olhão, a Direção de Serviços da Região do Algarve da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e a Polícia de Segurança Pública, o festival tem o apoio da CP - Comboios de Portugal, da Inframoura, da Decathlon, do grupo Gymnasium, da Águas do Algarve e do Real Marina Hotel & Spa.

Sul Informação

Olhão recebe Algarve Nature Fest

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	16/09/2019
Melo:	Opção Turismo Online	Autores:	Alexandra Costa

URL: <https://opcaoturismo.pt/wp/olhao-recebe-algarve-nature-fest/>

Início Breves Olhão recebe Algarve Nature Fest

Olhão recebe Algarve Nature Fest

Setembro 16, 2019

COMPARTILHE

Facebook

Twitter

A 21 e 22 de Setembro Olhão enche-se de actividades relacionadas com a natureza. É o Algarve Nature Fest, que decorre no Passeio Ribeirinho de Olhão.

Entre as muitas actividades disponíveis, destaque para as caminhadas e os passeios guiados de bicicleta, dado que requerem inscrição prévia obrigatória. Além dessas os visitantes podem ainda experimentar o slide, a parede de escalada, o surf mecânico, o stand up paddle, o tiro com arco, fazer uma volta de caiaque, de segway, BTT ou em cima de bicicletas eléctricas. Todas estarão no local, das 9 às 19 horas, sem necessidade de reserva. Para gostos mais enérgicos, haverá ainda air bungee e aulas de pump, zumba, step e SFXCore.

Organizado pela Região de Turismo do Algarve em parceria com a Câmara Municipal de Olhão, a Direção de Serviços da Região do Algarve da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e a Polícia de Segurança Pública, o festival tem o apoio da CP - Comboios de Portugal, da Inframoura, da Decathlon, do grupo Gymnasium, da Águas do Algarve e do Real Marina Hotel & Spa.

COMPARTILHE

Facebook

Twitter

tweet

Alexandra Costa